

Papa Francisco: “Não devemos ter medo da bondade e da ternura!”

241

EDITORIAL

Estimados religiosos, estimadas religiosas e demais leitores da *Convergência*, alegria e paz em Cristo. A edição de maio vem repleta de riquezas para ler, refletir, rezar. Textos curtos e longos que proporcionam momentos agradáveis de leitura e oportunidade de crescimento cultural e espiritual.

A Mensagem fica por conta da CLAR, que se alegra com o Papa Francisco e interpreta sua origem latino-americana como reconhecimento ao caminho feito pela Igreja na América Latina e no Caribe. Em outra mensagem, a CLAR esclarece que assume, para o próximo triênio, a ação de “promover e acompanhar comunidades novas de Vida Consagrada: centradas na Palavra e no Espírito Santo, cimentadas no encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo vivo e abertas aos cenários prioritários e aos sujeitos emergentes da América Latina e do Caribe”.

Abrindo a seção Informes, Frei Rubens, coordenador do II Congresso Novas Gerações, realizado de 9 a 12 de fevereiro, em Aparecida, destaca que o objetivo de “congregar para partilhar e impulsionar a vida religiosa jovem” foi alcançado, pois os religiosos e as religiosas voltaram para a sua missão animados e reanimados para caminhar e se articular, de acordo com os relatórios.

O segundo texto do Informes é de autoria da Irmã Agnese Costalunga, com o título “Amazônia: narrando os acontecimentos do caminho para Jerusalém e como o reconheceram na fração do pão”. Trata-se da narrativa, com

testemunhos comoventes, de quatro mártires em terras brasileiras: Ir. Cleusa, Ir. Adelaide, Ir. Doroty e Pe. Ezequiel. A vida, dom de amor, é ofertada, por amor, em favor da vida.

A seção Artigos compõe-se de três belos e profundos textos: Ir. Murad, sobre Nossa Senhora; Frei Carlos Josaphat, que trata da gestão econômica na Vida Religiosa; Pe. Paulo S. Carrara, leitura indispensável a respeito do sofrimento psíquico e Vida Religiosa. Interessante saber que os três autores, abordando temas totalmente diferentes, fazem menção ao Concílio Vaticano II.

O contato com bons textos não é apenas um dever. É, antes de tudo, um direito do leitor e da leitora. Que esta edição da *Convergência* seja, para você, fonte de cultura e de novos olhares.

LAURO DAROS, MARISTA

Escutemos Deus onde a vida clama!

Comunicado da presidência da CLAR sobre o Papa Francisco

243

MENSAGENS

A presidência da CLAR, junto com a Vida Religiosa de todo o continente, comparte a alegria e a esperança com os quais os crentes e o mundo têm recebido a eleição do Cardeal Jorge Maria Bergoglio, arcebispo de Buenos Aires, como o novo Bispo de Rosa e Papa da Igreja Católica.

Interpreta sua origem latino-americana como reconhecimento ao caminho feito pela Igreja da América Latina e do Caribe e o valor da periferia na construção da unidade eclesial, e como entrada de ar novo que oxigenará o empenho da Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã.

Alegra-se por sua condição de religioso jesuíta, porque reconfirma a atualidade do seguimento do Mestre através de uma pobreza assumida como solidariedade com os pobres, de uma obediência entendida como discernimento para a missão, de uma castidade vivida como amor em celibato e porque reconhece a evangélica contribuição feita por Santo Ignácio de Loyola e a Companhia de Jesus, desde sua fundação em 1540, à chegada do Reino.

Lê seu nome de Francisco como uma evocação da simplicidade, a pequenez, o amor pelos pobres e o pedido da renovação da Igreja de Francisco de Assis, do zelo missionário de Francisco Xavier e como um chamado a ir aos mais distantes, *missio ad gentes* e a aproximar-se dos mais afastados, *missio inter gentes*.

Vê em sua experiência de formador, de superior provincial e de pastor, sua aproximação dos jovens e dos párocos, em especial dos sacerdotes das “vilas”, seu amor pelos pobres e

sua voz profética, seu estilo de vida simples como um chamado a simplificar nosso estilo de vida, de ação e presságio de uma Igreja renovada e ressignificativa.

Deseja assumir este Kairós à luz do Horizonte Inspirador – Plano Global do triênio 2012-2015, atualizando o ícone de Betânia: casa de encontro, comunidade de amor e oração de humanidade, com a promoção e acompanhamento de comunidades novas de Vida Religiosa, por meio da escuta, do diálogo e da comunhão eclesial, para o reencanto da fé e da vocação.

Compromete-se a dar eco permanente ao pedido do Papa Francisco de ser acompanhado com a oração do povo de Deus.

Movidos por este acontecimento eclesial e desejosos de dar nossa contribuição aos tempos novos que vão despondo, pedimos a Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira da América, que nos ajude a aguçar os ouvidos diante do grito dos sujeitos emergentes, a ampliar o olhar diante dos novos cenários e a semear novas sementes de alternativas de compaixão diante da pobreza, de harmonia com a criação, de reflexão teológica mais alegre e libertadora, de profecia da intercongregacionalidade, de reconhecimento de nossos carismas com os leigos, de comunhão eclesial com nossos pastores. Desejamos que Ela nos contagie com sua esperança, para continuar confiando na força de pequenez, e continue nos mostrando o caminho da escuta atenta a Deus, onde a vida clama!

(Tradução: Margarita Ganuza Alsasua)

IRMÃ MERCEDES LETICIA CASAS SÁNCHEZ, FSPS

Presidente

PE. GABRIEL NARANJO SALAZAR, CM

Secretário-geral

A toda Vida Religiosa da América Latina e do Caribe

245

Aqui se conta como, faz pouco, milagrosamente, apareceu a perfeita Virgem Santa Maria Mãe de Deus, nossa rainha, lá no Tepeyac, de renome Guadalupe. “Não estou aqui eu, que sou tua mãe? Não estás sob minha sombra e resguardo? Não sou eu a fonte de tua alegria? Não estás no escondido de meu manto, no cruzar de meus braços? Tens necessidade de alguma outra coisa?” (Nikan Mopoua).

Com estas palavras de Santa Maria de Guadalupe, a Irmã Mercedes Leticia Casas Sánchez, F.Sp.S., Presidente da CLAR, fez a abertura da XLII Junta Diretiva e do VII Encontro de Secretárias e Secretários da CLAR, na cidade do México, convidando-nos a abrir a porta da casa, a porta de Betânia, para que o Espírito Santo visite a casa da Vida Religiosa, e deixar entrar as vozes e os clamores dos sujeitos emergentes e os novos cenários, de maneira que “Escutemos Deus onde a vida clama”.

Fomos chegando dos diferentes lugares de nossa Pátria Grande, 51 Irmãs e Irmãos, representando as 21 Conferências das 22 que formam a Confederação.

Sentimo-nos fraternal e sororalmente recebidas(os) pelas(os) Irmãs(os) do México; elas e eles foram transmitindo e contagiando a vida e força de seu povo. Especialmente queremos ressaltar o encontro celebrado na sede da CIRM com as Religiosas e os Religiosos do país. Outro momento significativo de comunhão eclesial foi a presença de Mons. Carlos Aguiar Retes, Presidente do CELAM, no mesmo

dia em que o Papa Bento XVI tornava efetiva sua renúncia, momento que vivemos juntos por uma transmissão direta.

Nesses dias, nos detemos em ver a realidade de nossos povos, da Igreja e da Vida Religiosa. Uma realidade cheia de luzes e grávida de vida e esperança, na força da resistência, na capacidade de celebrar e de fazer festa, com música e dança de nossos povos. Uma realidade também cheia de sombras que dói, nos provoca em nossas impotências e desconcerto, nos apresenta desafios que ao mesmo tempo são bênçãos da *Ruah* divina, onde Deus pode atuar. Uma realidade, enfim, complexa e ambígua, como nossas vidas, como toda a vida.

Percebemos que não estamos em tempos de grandes discursos e propostas, mas em busca de novas alternativas que respondam evangelicamente aos desafios, aos novos cenários e aos sujeitos emergentes atuais.

Neste contexto, alegrou-nos acolher, aprofundar e orar o

a recorrer, como e com Maria de Guadalupe, os caminhos incertos e pequenos que conduzem ao Reino.

(Tradução: Irmã Bárbara Bucker)

XLII JUNTA DIRETIVA,
VII ENCONTRO DE SECRETÁRIAS(OS)
DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

CONVERGÊNCIA

RUBENS NUNES DA MOTA, OFMCAP*

Aparecida (SP) acolheu, de 9 a 12 de fevereiro de 2013, o II Congresso das Novas Gerações da Vida Religiosa Consagrada. Participaram mais de 800 membros da vida religiosa jovem, de todas as Regiões do Brasil, como também diversos(as) religiosos(as) jovens de outros países que estão fazendo experiência missionária e formativa no Brasil.

O lema do Congresso “Ardia o nosso coração quando Ele nos falava no caminho” (Lc 24,32) foi a mística que perpassou todo o Congresso, como ressalta Ir. Márian Ambrosio, presidente da CRB Nacional (Conferência dos Religiosos do Brasil): “Cada canto, cada detalhe, cada toque, cada símbolo, cada momento, cada gesto, cada círculo focavam a profundidade do processo chamado de mística, no desejo de seguir e perceber a presença do Cristo, que caminha conosco”.

A presidente Márian enfatiza grandes ganhos do Congresso. “O primeiro grande ganho de um Congresso como este é colocar o(a) jovem da VR como jovem. Um processo preparado pelo grupo, realizado e avaliado pelo grupo. Só isso já valeu! Se a gente tivesse ficado um dia juntos e vivenciado a intensidade desse momento de amizade e cuidado mútuo, teria valido”, salientou Ir. Márian.

O segundo elemento que a presidente da CRB destaca como valioso do Congresso é a beleza da escolha do tema: *Novas gerações: tecendo relações, construindo caminhos*. Já o terceiro, segundo ela, foram as conferências proferidas pelos assessores. “Se a gente prestar atenção, não houve

* **Frei Rubens Nunes da Mota** é assessor de assuntos de juventude da CRB Nacional e coordenador do II Congresso Novas Gerações, realizado em Aparecida, de 9 a 12 de fevereiro de 2013.

repetição. Houve confirmação, os focos dos temas foram trabalhados com profundidade única, que merece um grande agradecimento.” Ir. Márian ainda destaca a importância da realização do evento em Aparecida (SP). “O Santuário, este lugar onde acontece a Assembleia dos Bispos, tudo respira uma dimensão intereclesial, muito santificada pela presença de Nossa Senhora Aparecida. Mais de 800 religiosos e religiosas jovens! É muita coisa! A participação não era para todo mundo, mas para junioristas e religiosos(as) de até 10 anos de Profissão Religiosa definitiva. Todos as regionais da CRB estão presentes! A quantidade qualificou o evento”, finaliza a presidente da CRB Nacional.

Busca renovada da juventude

Ir. Lucia Wailer, integrante da equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional e que colaborou na assessoria do Congresso, ressalta o grande número de adesões pelos jovens religiosos, formadores e provinciais. “Isso revela, a meu ver, essa busca pela Vida Religiosa Consagrada (VRC) renovada, a partir da própria juventude como sujeito presente e não como esperança do futuro”. A religiosa ainda enfatiza a busca sincera dos jovens religiosos em querer algo radical no seguimento de Jesus Cristo. “Nem sempre acertamos nos caminhos práticos, e possibilitar isso em conjunto, no desafio da coerência, faz a diferença. Precisamos seguir o Caminho sem tirar o foco, que é seguir Jesus Cristo na radicalidade e entrega de vida até o martírio, por causa do Reino, por causa dos pobres, por causa de Jesus. Essa é a essencialidade, a VRC como necessidade no mundo de hoje”, conclui Ir. Lucia.

Missionários(as) no Brasil

Bernard Mwangi Maina, Missionário Consolata, que participou do Congresso, afirma ter ficado impressionado com a participação dos religiosos e religiosas no evento. “É uma riqueza participar de um Congresso com dimensões

intercongregacionais. Descobri que há certas atividades que não deram certo em minha paróquia porque tentei realizá-las sozinho, e agora entendo que preciso da presença feminina da Vida Religiosa Consagrada para juntos trabalharmos”, conclui.

Já a jovem missionária, que está no Brasil há menos de um ano, Hotência Jacob Alhaguilunguana, Franciscana Missionária, afirma que se surpreendeu com a expressão da Vida Religiosa Consagrada no Brasil. “Foi muito bom participar deste evento, assim consegui ter noção dos tantos carismas e formas de atuação de religiosas e religiosos aqui no Brasil”, revela.

Muito além do esperado e continuidade do processo

Para mim, assessor de assuntos de Juventude da CRB Nacional e coordenador do II Congresso Novas Gerações, o evento não só atingiu os objetivos como também ultrapassou alguns aspectos. O objetivo era congregar para partilhar e impulsionar a vida religiosa jovem, animando e reanimando para a articulação. Tínhamos 700 vagas, e esse número foi além, com mais de 800 participações. O número de equipes de reflexão também superou as expectativas. Os assessores e assessoras responderam muito bem, a equipe de coordenação mostrou muita coesão e sintonia. Acredito que o grande objetivo, de que as congregações voltassem para as suas províncias e regionais com vontade de continuar, está acontecendo, porque apareceu no relatório. Esse não é um momento estanque. O Congresso foi sonhado para que, a partir do evento, as pessoas saíssem com vontade de caminhar e se articular, e foi o que ouvimos no relatório: articulação nas regionais por meio de seminários e grupos Novas Gerações e a realização do Congresso de três em três anos, como proposta concreta para a CRB Nacional. Por isso, a realização do Congresso a cada três anos já não depende de um assessor ou de um presidente. Isso significa que a mudança da diretoria da CRB Nacional não interfere

na caminhada, pois a proposta é da vida religiosa consagrada jovem para a CRB Nacional, não o contrário. De fato, senti meu coração arder nesse Congresso.

Narrando os acontecimentos do caminho para Jerusalém e como o reconheceram na fração do pão (cf. Lc 24,33-35)

AGNESE COSTALUNGA*

Então seus olhos se abriram e o reconheceram; ele, porém, ficou invisível diante deles. [...] Naquela mesma hora, levantaram-se e voltaram para Jerusalém. [...] E eles narraram os acontecimentos do caminho e como o haviam reconhecido na fração do pão (Lc 24,31.33.35).

Permanecendo no caminho para Jerusalém e atenta aos sinais dos tempos, manifestados nos clamores da população das bem-aventuranças (cf. Lc 6,20ss; Mt 5,1ss), a Vida Religiosa Apostólica narra, em nossa época, os acontecimentos do caminho. Narra como ama e serve Jesus Cristo nas atuais “Galileias” do mundo, tornando-se “companheira de caminho” com a população descartada de todos os direitos humanos (cf. DAp 396, cf. 98). Narra seu compromisso de ser “casa dos pobres” (cf. DAp 8, 524, cf. 516) e advogada de justiça (DAp 533, 98). Esses empenhos a favor dos mais empobrecidos e sua luta pela defesa da dignidade de cada ser humano têm causado “perseguições e inclusive morte”, que consideramos testemunhas da fé (DAp 98).

Reunidos em carismas fundacionais, os membros da Vida Religiosa Apostólica inserem-se entre a população empobrecida para servir Jesus nos “rostos sofredores de Cristo” (DAp 393, SD 178).

O encontro com Jesus Cristo nos pobres é dimensão constitutiva da fé em Jesus Cristo (cf. DAp 257, cf. 491). Desse encontro, nasce e se fortalece a opção pelos pobres que faz parte do anúncio explícito do Evangelho (DAp 217). Insere

* **Irmã Agnese Costalunga**, Missionária da Imaculada – PIME. Professora doutora em Teologia com concentração em Missiologia, na PUC-SP, no ITESP e no Centro Cultural Missionário de Brasília. Membro da Equipe de Reflexão Missionária (ERM) da CRB Nacional. **Endereço da autora:** Av. Piassanguaba, 2851, Planalto Paulista, CEP 04060-004, São Paulo, Capital. **E-mail:** costagnes@uol.com.br.

a vida apostólica no seguimento de Jesus, na itinerância permanente dos compromissos humanos e na necessidade de profetizar e narrar os acontecimentos do “caminho para Jerusalém”. Nessa missão, a Vida Religiosa Apostólica carrega em “vasos de argila” o chamado a ser dom que o Espírito concede sem cessar à sua Igreja como meio privilegiado de evangelização eficaz (cf. EN 69; DP 739).

A história testemunha que, não raras vezes, as comunidades de Vida Religiosa Apostólica, particularmente as femininas, encontram-se na vanguarda da missão, a afrontar os maiores riscos e a vida dos seus membros (cf. EN 69). Entre muitíssimos outros, insiro nesta reflexão os três testemunhos de vida que “batizaram” minha inserção na vida missionária na Amazônia, na década de 1980, e o testemunho de vida de Ir. Dorothy, pela proximidade de tempo que favoreceu minha releitura e reinserção missionária na cidade de São Paulo.

- *Primeiro*: Ir. Cleusa Carolina Rody Coelho, assassinada no estado do Amazonas/BR, em 28\04\1985.
- *Segundo*: Ir. Adelaide Molinari, assassinada no estado do Pará/BR, em 14\04\1985.
- *Terceiro*: Ir. Dorothy Mae Stang, assassinada no estado do Pará/BR, em 12\02\2005.
- *Quarto*: Padre Ezequiel Ramin, missionário comboniano, assassinado em Cacoal/RO, em 24/07/1985.

Primeiro testemunho

Alguns dias antes de seu martírio, numa de suas últimas cartinhas, Ir. Cleusa Carolina Rody Coelho, Agostiniana Recoleta, dedicada ao povo indígena Apurinã, na Prelazia de Lábrea, narra por escrito aos queridos alunos do CEA, em 18\04\1985:

[...] novamente estamos celebrando a “semana do índio”. Vocês, aí, pesquisando, ouvindo palestras, vendo *slides*. Aqui, nós,

buscamos ir às aldeias, ao encontro dos nossos irmãos, partilhar a vida com eles, para que sintam que são amados e que podem contar conosco na luta pela terra, preservação da cultura, auto-determinação – vida!¹

Dez dias após, em Lábrea/AM, Ir. Cleusa foi assassinada na solidão, no meio da floresta alagadiça do Rio Paciá, território sagrado das populações indígenas e ribeirinhas. A comunidade das Agostinianas Recoletas narra que:

ali, [a canoa vazia] ficou abandonada na água, tornou-se sinal sacramental advertindo que ainda há muito que fazer para o Reino da Vida. O testemunho desta capixaba continua vivo, de modo muito especial entre os indígenas, hansenianos, presidiários, drogados, meninos e meninas de rua, especiais, enfim, daqueles que ficavam à margem da sociedade.²

O Sr. Manuel, hanseniano de Lábrea, narrou seu testemunho escrito sobre Ir. Cleusa:

Eu fico muito agradecido, hoje, por termos um terreno, um local bom aqui para nós. Hoje, nós entramos no banco e está liberado para tirarmos o nosso dinheirinho, por causa de Ir. Cleusa, que interveio, buscando justiça por nós!³

“Agora, quem vai cuidar de nós? Ela era a nossa mãe”, chorou um índio apurinã, no enterro da Ir. Cleusa.⁴

Sobre a vida missionária de Ir. Cleusa, narra a mesma comunidade das Agostinianas Recoletas: “Ir. Cleusa viveu a profecia da presença, do diálogo, da sábia organização das pessoas em seu *habitat* natural, em sadia relação entre a população da cidade e dos povos da floresta”.

“De volta para Jerusalém”, os discípulos e discípulas de ontem e de hoje narram o que viram com seus olhos, o que contemplaram, o que suas mãos apalpam do Verbo da Vida – porque a Vida manifestou-se: nós a vimos e dela vos damos testemunho e vos anunciamos (cf. 1Jo 1,1-2).

1. Cf. *ECOS*, 25 anos de martírio, 2010, p. 27. (É uma edição especial da revista, em comemoração aos 25 anos de Martírio de Ir. Cleusa Carolina Rody Coelho).

2. *Ibid.*, p. 2 e outras.

3. *Ibid.*, p. 26.

4. BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosário. *A missão em debate*. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 293.

Segundo testemunho

Sobre Ir. *Adelaide Molinari*, narram as Filhas do Amor Divino (Santa Maria/RS), que foi uma das primeiras a se dispor à vida missionária nas comunidades do Pará.

Chegou em Eldorado em 8 de abril de 1983, com mais duas Irmãs, para ser presença de Igreja no meio daquele povo pobre, sofrido e necessitado. A 14 de abril de 1985, foi cruelmente assassinada à bala, em meio a muita gente, na Rodoviária de Eldorado, após missão cumprida aqui na Terra. Havia solicitado passagem para regressar a Curionópolis, onde se encontraria com as demais irmãs e de cuja comunidade era coordenadora. Nessa oportunidade esperava-a o mais traiçoeiro gesto humano: o assassinato. Ali ela se encontrou e conversou com o Delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá-PA, o qual estava sendo visado e foi, nesse momento, vítima de atentado. Irmã Adelaide só teve tempo de dizer: “Meu irmão, não faça isso”, quando o pistoleiro, insensível, detona o tiro fatal, que fez a bala atravessar o tórax do líder sindical, sendo mortal para Irmã Adelaide, atingindo-a no pescoço, por onde derramou todo seu sangue. *O sangue de Mártires é sementeira de novos cristãos. O sangue derramado de Irmã Adelaide gera nova vida para o Reino.*⁵

A vida de Ir. Adelaide alimenta as Caminhadas: *Adelaide, Tua Vida Pela Missão*. A 26ª Caminhada foi realizada no dia 30 de abril de 2011. Como em todas as outras, foi marcada pela presença massiva da juventude. No percurso de 30 km

de envio aos romeiros e romeiras foi o Evangelho de Emaús. Animados pela mística do Jesus ressuscitado, que caminha com os(as) discípulos(as), refaz a memória, parte o pão, faz arder o coração e envia em missão, colocamo-nos todos a caminho.⁶

Irmãs e jovens de Canaã que realizam a memória dos Mártires da caminhada respondem para cada mártir evocado: “presentes, presentes, presentes, presentes Irmã Adelaide Molinari, Irmã Doroty, Pe. Josimo, 19 trabalhadores sem terra [...]. Irmã Adelaide caminha conosco... *Teu sangue de mártir que banhou o chão nos mostra o caminho da libertação*”.

No seguimento de Jesus, o martírio não é uma escolha pessoal, é o caminho da fé, historicamente assumido, onde transparece uma paixão sem limites por Jesus Cristo, àquele que:

[...] Aproximando-se do povoado para onde iam [os discípulos de Emaús]... simulou que ia mais adiante. Eles, porém, insistiram, dizendo: “Permanece conosco, pois cai a tarde e o dia declina”. Entrou então [Jesus] para ficar com eles. E, uma vez à mesa com eles, tomou o pão, abençoou-o, depois o partiu e deu-o a eles. Então seus olhos se abriram e o reconheceram; ele, porém, ficou invisível diante deles (Lc 24,28-31).

Aprendi, e hoje estou convicto, afirma D. Erwin Krautler, de que,

[...] ao lado de tantos homens e mulheres assassinados nos últimos anos, líderes indígenas e defensores dos direitos humanos, fiéis e perseverantes até o fim no exercício de sua missão, a nossa solidariedade passa pela prontidão profética da justiça maior e pela gratuidade do amor maior.⁷

Na mística do martírio, tudo o que antes eram ganhos foi considerado prejuízo por causa de Cristo. Por causa dele, perdi tudo (cf. Fl 3,7-8).

6. Ibid. *ECOS*, 25 anos de martírio, cit., várias páginas.

7. Escutar e seguir as testemunhas. Em: BRIGHENTI, Agenor; HERMANN, Rosário (org.). *A missão em debate*, cit., p. 299.

Terceiro testemunho

Dorothy Mae Stang, conhecida como *Irmã Dorothy*, pertencida às Irmãs de Nossa Senhora de Namur, Congregação Religiosa Internacional fundada em 1804 por Santa Julie Billiart (1751-1816) e Françoise Blin de Bourdon (1756-1838). Reúne mais de duas mil religiosas que realizam trabalho pastoral nos cinco continentes.

Sobre a vida e o martírio de Ir. Dorothy, presente na Amazônia desde a década de 1970, Marina Silva conserva em *Revista digital* o seguinte testemunho:

Em fevereiro de 2005, presenciei uma das cenas mais impressionantes e estarrecedoras de minha vida. Foi em Anapu, no Pará, para onde fui assim que soube do brutal assassinato da Irmã Dorothy Mae Stang. Já se passaram cinco anos, mas está intacta, para mim, a imagem de pessoas soltando foguetes, comemorando a morte. Difícil suportar tamanho desprezo à vida. Especialmente a de alguém que a entregou ativamente em favor dos mais pobres. Que fundou a primeira escola de formação de professores, a Escola Brasil Grande, na rodovia Transamazônica, que corta ao meio a pequena Anapu. Que dedicou sua atividade pastoral à busca de soluções para os conflitos fundiários, buscando a geração de empregos, com projetos de desenvolvimento sustentável e de reflorestamento. Não por acaso ficou conhecida como o Anjo da Amazônia. Em 12 de fevereiro de 2005, um sábado, às 7h30 da manhã, Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, e Clodoaldo Carlos Batista, o Eduardo, foram ao encontro da Irmã em uma estrada de terra a 53 quilômetros da sede do município. Mataram-na à queima roupa, com seis tiros. Aos 73 anos, Irmã Dorothy, nascida nos Estados Unidos e naturalizada brasileira, foi assassinada a mando de grileiros e madeireiros da região, que a ameaçavam havia algum tempo. Segundo relatos de testemunhas, pouco antes de ser assassinada, ela disse: “Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores, que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar”.⁸

8. Marina Silva. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/Ir.Dorothy>>.

Segundo outra testemunha,⁹ antes de receber os disparos que lhe ceifaram a vida, ao ser indagada se estava armada, Ir. Dorothy afirmou: “eis a minha arma!”, e *mostrou a Bíblia*. Leu ainda alguns trechos deste livro para aquele que logo em seguida a balearia.

De acordo com dados da CPT, de 2009, 63 trabalhadores foram assassinados em conflitos agrários no estado do Pará e mais 379 sofreram ameaças de morte. Já foram protocolados no Tribunal de Justiça do Pará 681 assassinatos por conflitos agrários, entre 1982 e 2008. Desses crimes, apenas 259 desencadearam ações penais e alguns, inclusive, já prescreveram.

“A vida religiosa, após o sangue de Irmã Dorothy ter sido derramado, se levanta e assume, com muito mais vigor, com muito mais paixão a causa da vida, a defesa dos povos”, afirma Ir. Margarida Pantoja, Missionárias de Santa Teresinha, na revista eletrônica citada.

Quarto testemunho

Padre Ezequiel Ramin, missionário comboniano, de apenas 33 anos, defensor dos índios e posseiros, foi assassinado em Cacoal, Rondônia, no dia 24 de julho de 1985. No caminho de volta, quando, em companhia do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, ia conversar com colonos ameaçados de despejo, foi vítima de uma emboscada em que foi crivado de balas assassinas pelo seu compromisso com os pobres da terra.

Estava no Brasil há pouco mais de um ano, inserido numa Rondônia em plena agitação pela febre colonizadora de fazendeiros e muitos pobres em busca de futuro. Imensa fronteira em desenvolvimento, onde grupos poderosos disputavam cada palmo de chão. Fazendeiros contra posseiros, grileiros contra pequenos agricultores, fazendeiros e madeireiros contra índios. O missionário tomou o lado dos pobres e foi brutalmente executado.

9. Disponível em: <http://wikipedia.org/wiki/Dorothy_Stang>. E <<http://www.oarcanjo.net>>. Acesso em: nov. 2011.

Vinte e cinco anos depois de seu martírio, seus companheiros combonianos escrevem a seguinte carta aberta “para ele”:

Ezequiel, o que é ressurreição? Diga-nos, mártir da luta: como acreditarmos na vida quando ainda continua tamanha violação dos direitos? Lembramos de sua paixão pela causa dos povos indígenas. Pois é, ainda hoje, mais de 50% das terras deles continuam sem identificação, demarcação ou homologação. Você deu a vida pelo chão de seu povo, mas ainda hoje o Brasil é campeão mundial na concentração da terra. Imaginamos sua ansiedade a respeito do plebiscito de setembro de 2010, para pôr um limite à propriedade, pois a terra é o bem mais essencial que temos. Ainda ressoam suas palavras: “muitas vezes sinto uma grande vontade de chorar, ao ver os quilômetros de cerca...”. Ezequiel, como não chorar, hoje, enquanto está sendo aprovada a reforma ao Código Florestal? Em vez de preservar a natureza, fonte de vida, isso vai matar as florestas e reduzir as áreas de preservação permanente! A vida é cada vez mais ameaçada pela ilusão do crescimento e do progresso! Mas que progresso é esse que suga das veias abertas da América Latina a madeira do mato, o ferro da terra e a fertilidade do chão? Na sua Rondônia, o ano passado, quatro mil pessoas durante o intereclesial das CEBs ajoelharam-se, pedindo perdão ante as enormes barragens para usinas hidroelétricas no rio Madeira. Ainda dá, Ezequiel, para acreditar que Davi vencerá Golias? Até sua irmã no sangue, Dorothy Stang, ainda não conheceu justiça e os assassinos dela estão impunes em liberdade... Cadê o estado, defensor de direitos? Cadê a Igreja da libertação pela qual você derramou seu sangue? Como e quando essa Igreja reconhece e imita seus mártires? Sumiram os mártires; hoje a medida da fé não parece mais ser a cruz da perseguição, mas o ibope de quem manipula os sentimentos do povo, oferecendo nas praças públicas a religião como um grande espetáculo... Os próprios movimentos sociais, com que você tanto trabalhou, hoje em vários casos parecem presos a lógicas de controle e de repartição do poder. No meio das contradições e falências, você costumava repetir que “trabalhar com os pobres é como criar

primavera”. Acreditamos nessa primavera, padre! Sentimos que a vida pulsa nas veias desse povo, apesar das ameaças que pairam em cima dele. Admiramos a cada dia a resistência e dedicação das mulheres líderes de comunidade: é delas que você deve ter aprendido! Sua paixão não foi em vão: hoje os olhos do povo iluminam-se quando fazem memória de Pe. Ezequiel e Ir. Dorothy. Luzes distantes, mas permanentes, estrelas fixas no horizonte. Sim, nossos povos ainda têm horizonte, apesar de tudo. Alguns perderam o sonho, veem-se obrigados a viver dia após dia. Mas, outros, ao lado desses, ainda enxergam longe, lutam por mudança, acreditam na honestidade, doam-se até o fim. Você não imagina, Ezequiel, quanto é importante para eles seu exemplo e a vida de muitos outros batalhadores do dia de hoje! Suas palavras fecundam a vida de muitos jovens: “Tenho a paixão de quem persegue um sonho. Essa palavra tem tamanha intensidade que, quando a acolho em meu ânimo, sinto que uma libertação sangra por dentro de mim”. A Igreja que você sonhava e pela qual trabalhou ainda está em construção: depende de nós dar-lhe um sabor de libertação. Você comentava: “É um novo jeito de ser Igreja”. Avanço nessa lógica. As atividades são ligadas ao social, a uma transformação concreta. O papel principal é dos leigos. Eles são Igreja. Interessam-se por tudo. O trabalho é de coesão: juntos buscamos saídas para os problemas interconectados da terra, dos índios, da saúde e do analfabetismo... Meus olhos buscam com dificuldade a história de Deus aqui. A cruz é a solidariedade de Deus para com a caminhada e a dor humana. O amor de Deus é mais forte do que a morte. A vida é bela e estou feliz em doá-la! Ressurreição é isso, Ezequiel: doar-se com alegria para que esse povo viva! Você ainda vive, mártir da terra e do sonho de Deus. Que essa vida se transmita, apaixonada, nas muitas e muitos seguidores de Cristo que ainda seguem criando primavera! Quero dizer só uma coisa, uma coisa especial para aqueles que têm sensibilidade para as coisas bonitas. Tenham um sonho. Tenham um sonho bonito. Procurem somente um sonho. Um sonho para a vida toda. Uma vida que sonha é alegre. Uma vida que procura seu sonho renova-se dia após dia. Seja um sonho que procure

alegrar. Não somente todas as pessoas, mas também seus descendentes. É bonito sonhar de tornar feliz a humanidade toda. Não é impossível...

PE. DÁRIO – CARTA ABERTA

Os relatos missionários de discípulas e discípulos de Jesus que seguiram seu Mestre e Senhor no caminho para Jerusalém falam profética e espiritualmente por si.

Desde que o Verbo nasceu em um estábulo e assumiu a “condição humilde, de pobre”, tornou-se plausível que “os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo” (DAp 52,398).¹⁰ São relatos que repercutem na vida de quem não desvincula o amor a Deus do amor ao próximo.

São relatos de quem louva a Deus contemplando-o nos rostos daqueles que sofrem. Relatos de quem denuncia as causas do mal que desfigura o rosto humano criado à imagem e semelhança de Deus.

O martírio fala da e para a Igreja latino-americana, “chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos” (DAp 396). Desde o início do seguimento de Jesus, na Palestina, os mártires foram mortos porque não traíram o Cristo Senhor, porque ficaram fiéis ao Evangelho até o fim (cf. Mt 24,13). A própria vida narra os acontecimentos do caminho para Jerusalém e como reconheceram Jesus na fração do pão (cf. Lc 24,31.33.35). Como Jesus é testemunha do mistério do Pai, assim os discípulos são testemunhas da morte e ressurreição do Senhor. Cumprir essa missão não é tarefa opcional, mas parte constitutiva da identidade cristã, porque é a extensão testemunhal da vocação (cf. DAp 144).

A Vida Religiosa Apostólica recebe essa força no Batismo, expressa-a e a realiza por meio de Conselhos Evangélicos, unindo-a particularmente com a Igreja e seu Mistério a serviço do Reino de Deus (cf. PC 5, LG 44, DP 746).

Na pequenez humana, Deus está presente. Por isso, vivendo a pobreza evangélica e acolhendo Deus como único

10. SUESS, Paulo. *Dicionário de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 107.

absoluto, a Vida Religiosa Apostólica encontra a força para compartilhar os bens; anunciar a gratuidade de Deus e de seus dons; tornar presente a justiça e proclamar a presença do Reino de Deus e suas exigências supremas (cf. LG 44). Seu testemunho é denúncia evangélica daqueles que servem ao dinheiro e ao poder, reservando para si egoisticamente os bens que Deus outorga aos seres humanos para benefício de toda a comunidade (cf. DP 747).

Pela obediência, a Vida Religiosa Consagrada torna-se expressão de comunhão com a vontade salvífica de Deus e denúncia de todo o projeto histórico que, apartando-se do plano divino, não faça crescer os seres humanos em sua dignidade de filhos de Deus (cf. DP 748).

Na sociedade onde o amor está sendo esvaziado de sua plenitude, onde a desunião amplia distâncias por toda parte e o prazer é erigido como ídolo, a pertença a Deus, em Cristo, pela castidade consagrada, é testemunho da aliança libertadora e definitiva de Deus com seu povo. É testemunho de uma presença de amor com que “Cristo amou a Igreja e se entregou por ela” (Ef 5,25). Finalmente, é, para todos, um sinal luminoso da libertação permanente, vivida na entrega a Deus numa solidariedade nova e universal com todos (cf. DP 749).

A Eucaristia, sinal da unidade com todos, que torna presente o mistério salvífico do Filho de Deus feito homem (cf. Fl 2,6-8), propõe, também, para a Vida Religiosa Apostólica, a exigência de uma evangelização integral (cf. DAp 176), comprometida com a promoção e libertação cristã (cf. DAp 26). Alimentando uma convivência eclesial de comunhão e participação de povos, de ministérios, de Vida Religiosa Apostólica, articulada em Conferências e em comunhão de Conferências.

Maria esteve presente no Concílio Vaticano II. O Papa João XXIII cita Nossa Senhora já no primeiro parágrafo do discurso de abertura: “Alegra-se a Santa Mãe Igreja, porque, por singular dom da Providência divina, amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se inaugura o Concílio Ecumênico Vaticano II, aqui, junto do túmulo de São Pedro, com a proteção da Santíssima Virgem, de quem celebramos hoje a dignidade de Mãe de Deus”. Ela, a primeira discípula, é, para os cristãos, modelo de fé e de entrega total a Deus.

Na celebração do Concílio, 50 anos depois, Maria novamente marca presença, na Assembleia do Sínodo dos Bispos. A mensagem final do Sínodo ao povo de Deus se encerra de forma brilhante, com o subtítulo “A estrela de Maria ilumina o deserto”. Assim se expressa o Sínodo:

Chegados ao fim desta experiência de comunhão entre Bispos de todo o mundo e de colaboração com o ministério do Sucessor de Pedro, sentimos ecoar o mandamento, para nós, atual, que Jesus deu aos seus apóstolos: “Ide e fazei discípulos todos os povos [...]. Eis que estarei convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28,19-20). A missão da Igreja não se dirige apenas a uma área geográfica, mas penetra nas dobras mais recônditas do coração dos nossos contemporâneos, para levá-los ao encontro com Jesus, o Vivente que se torna presente nas nossas comunidades.

Esta presença enche de alegria os nossos corações. Agradecidos pelos dons que d’Ele recebemos nestes dias, erguemos o canto

de louvor: “A minha alma glorifica o Senhor [...]. Grandes coisas fez em mim o Senhor” (Lc 1,46.49). As palavras de Maria são também as nossas: o Senhor fez, na verdade, através dos séculos, grandes coisas pela sua Igreja, nas diversas partes do mundo, e nós O glorificamos, certos de que não deixará de olhar para a nossa pobreza a fim de mostrar o poder do seu braço, também nos nossos dias, a apoiar-nos no caminho da nova evangelização. A figura de Maria nos orienta no caminho. Esse caminho, como nos disse Bento XVI, poderá parecer um itinerário no deserto; sabemos que devemos percorrê-lo, levando conosco o essencial: o dom do Espírito, a companhia de Jesus, a verdade de sua palavra, o pão eucarístico que os alimenta, a fraternidade da comunhão eclesial, o impulso da caridade. É a água do poço que faz florescer o deserto. E, assim, como na noite do deserto, as estrelas se tornam mais luminosas, também no céu do nosso caminho resplandece com vigor a luz de Maria, a Estrela da nova evangelização, a quem confiadamente nos entregamos.

Existe beleza em Maria porque ela é o rosto materno de Deus. Sempre que se vive a justiça, a bondade, a delicadeza, a simplicidade, a alegria, a ética, a solidariedade, a espiritualidade e as demais virtudes marianas, é a beleza de Maria – o rosto materno de Deus – que se manifesta na humanidade.

LAURO DAROS, MARISTA

O rosto atual de Maria, à luz do Concílio Vaticano II

265

ARTIGOS

AFONSO MURAD, MARISTA*

Para nós, consagrados(as), Maria é uma pessoa especial, a quem reconhecemos como Mãe de Jesus e nossa Mãe na fé. Nela vemos os traços da perfeita seguidora de Jesus, para Maria dirigimos nossa oração com afeto, a ela recorremos em muitos momentos da vida. Nossos(as) fundadores(as) tinham grande apreço à Mãe de Jesus e recomendaram à sua família religiosa que difundissem a devoção a Maria.

A partir da existência cristã, situada no mundo contemporâneo, se colocam várias perguntas diante da relação filial e devocional para a mãe de Jesus: qual é o limite da devoção mariana? Como ela se associa à centralidade de Jesus? Qual é o lugar de Maria no culto cristão? Existem pontos comuns entre a visão católica de Maria e a de outras Igrejas cristãs?

Examinaremos como o Concílio Vaticano II abordou essas questões, no Capítulo 8 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Tal visão sobre Maria foi fruto de longo processo de diálogo, discussão, reflexão, oração, concessões entre as correntes em conflito, até alcançar consenso. Por que tanta dificuldade? Durante muitos séculos, a Igreja Católica enalteceu de tal forma a pessoa de Maria, que se perdeu o necessário equilíbrio com a figura de Jesus. Maria foi elevada ao máximo. Esta era a ideia reinante: quanto mais se falasse de Maria e se exaltasse os seus privilégios, o que ela tem a mais do que nós, melhor seria. Tratava-se do “maximalista”. Em reação a tal tendência, o Concílio quis recolocar Maria no seu lugar. Nem mais nem menos. O lugar legítimo que ela merece.

* **Irmão Afonso Murad**, marista, é doutor em Teologia. Professor na Faculdade Jesuíta (FAJE) e no ISTA (Instituto Santo Tomás de Aquino), em Belo Horizonte. Dentre suas obras, destacam-se *Gestão e espiritualidade* (Paulinas) e *Maria, toda de Deus e tão humana*. Compêndio de mariologia (nova edição, rev. e ampl. São Paulo: Paulinas/Santuário, 2012. cap 1). **Endereço do autor:** Rua São Felicíssimo, 238, Betânia, CEP 30.580-250, Belo Horizonte-MG. **E-mail:** murad4@hotmail.com – Blog: www.afonsomurad.blogspot.com.

1. *O que diz o capítulo 8 da Lumen Gentium*

Em primeiro lugar, vale recordar, o Concílio rejeitou a proposta de fazer um documento exclusivo sobre a mãe de Jesus. Preferiu inserir Maria “no mistério de Cristo e da Igreja”. Esta é a grande chave de interpretação do Vaticano II. Maria não é considerada de maneira isolada, como a santa poderosa, a rainha e a intercessora infalível, mas sim no contexto da História da Salvação, em relação a Jesus e como referência para a comunidade de seus seguidores e seguidoras. O documento Conciliar apresenta o seguinte esquema:

I. Introdução (52-54).

II. A missão de Maria na História da salvação (55-59).

III. Maria e a Igreja (60-65).

IV. O culto a Maria na Igreja (66-67).

V. Conclusão: Maria, sinal de esperança para o Povo de Deus peregrino (68-69).

Na *introdução*, afirma-se que o Concílio não propõe a doutrina completa sobre Maria, nem quer resolver as questões ainda não trazidas à plena luz pelo trabalho dos teólogos (LG 54). Evitam-se títulos exagerados ou controversos. Os Padres Conciliares reconhecem Maria como “Mãe dos membros de Cristo, porque cooperou pela caridade para que na Igreja nascessem os fiéis que são membros desta Cabeça” (LG 53). Situam Maria na Comunhão dos Santos, e não de forma isolada. Ela “ocupa na Igreja o lugar mais alto depois de Cristo e o mais perto de nós” (LG 54). Aqui reside uma das pérolas da visão conciliar. Diríamos em linguagem afetiva: “Maria está tão perto de Deus quanto está pertinho de nós”. O fato de ser glorificada não significa que ela tenha se distanciado de nós, ao contrário.

Vejamos agora as principais afirmações da *segunda parte do documento*. Aqui o Concílio apresenta Maria a partir da Bíblia, sua missão na História da Salvação. O capítulo 8 da *Lumen Gentium* é original pela forma como resgata a contribuição da Teologia Bíblica, que não era considerada no

discurso sobre Maria nos últimos séculos. Aliás, nem havia teologia bíblica ainda. Rejeitaram-se os exageros da apolo-gética mariana, que usava citações bíblicas de forma alegó-rica e fora de seu contexto, simplesmente para ilustrar o que já se afirmava antes. Optou-se por uma visão sistêmica, a partir da História da Salvação. Assim, diz-se que, no Antigo Testamento, Maria é “profeticamente esboçada como a mu-lher que vence a serpente, a Virgem mãe do Emanuel, uma dos pobres de Javé e a Filha de Sião” (LG 55).

Ao trazer à luz os textos dos Evangelhos sobre a Mãe de Jesus, o Concílio traça um perfil dinâmico de Maria. Afir-ma que, na Anunciação, Maria não é um instrumento me-ramente passivo, mas cooperou para a salvação humana com livre fé e obediência (LG 56). A união entre Mãe e Filho na obra da salvação é um *processo* que se estende da concepção virginal até a morte de Cristo (LG 57).

A grande novidade, depois de tantos séculos de exaltação a Maria, como a santa prontinha, acabada e perfeita desde o nascimento, reside nesta afirmação: “No ministério público de Jesus, Maria avançou em peregrinação de fé, de Caná até a cruz” (LG 58).

O documento conciliar encerra suas considerações sobre Maria na Bíblia e dá um salto para a linguagem devocio-nal e dogmática: “Em Pentecostes e na Assunção, para que mais plenamente estivesse conforme o seu Filho, foi exalta-da como Rainha do Universo” (LG 59).

A *terceira parte* do documento aborda a relação de Maria com Jesus e a Igreja. O Concílio Vaticano II responde com clareza a esta pergunta dogmático-pastoral: *Se Jesus é o único mediador entre Deus e a humanidade, como compreender então a intercessão dos santos e especialmente a de Maria?* Conforme o documento conciliar, Cristo é o único mediador. A missão materna de Maria não diminui a mediação única de Cris-to, mas mostra a sua potência. Não se origina de uma ne-cessidade interna, mas do dom de Deus. Não impede, mas favorece a união dos fiéis com Cristo (LG 60). Nenhuma

criatura jamais pode ser colocada no mesmo plano do Verbo encarnado e redentor. Mas o sacerdócio de Cristo é participado de vários modos pelo povo de Deus e a bondade de Deus é difundida nas criaturas. A única mediação do Redentor suscita nas criaturas uma variada *cooperação*, que participa de uma única fonte (LG 62). O Concílio reconhece a legitimidade de recorrer à intercessão de Maria, pois se trata de cooperação na única mediação de Cristo. Não se utiliza a expressão “medianeira”, que é ambígua e pode ser maximalista.

Com isso, se passa à *quarta parte* do documento conciliar sobre a Mãe de Jesus, que trata da legitimidade e dos limites do culto a Maria na Igreja. Conforme o Capítulo 8 da *Lumen Gentium*, “a colaboração de Maria não está no mesmo plano da missão redentora de Jesus. Situa-se em função desta missão e dela depende incondicionalmente”. O culto a Maria é singular, diferindo e se orientando para o culto à Trindade (LG 66). Assim se resume a visão equilibrada e sábia do Vaticano II:

Recomenda-se o culto a Maria, evitando tanto os exageros quanto a demasiada estreiteza de espírito. A verdadeira devoção a Maria não consiste num estéril e transitório afeto, nem numa vã credulidade, mas no reconhecimento da figura de Maria e no seguimento de suas virtudes (LG 67).

No que diz respeito à relação de Maria com a Igreja, o Concílio mostra que ela é membro, símbolo e mãe da Igreja, a partir de sua relação ímpar com Jesus. Não se trata somente da maternidade. Maria é mãe, *companheira* e serve do Senhor, tornando-se assim para nós mãe, na ordem da graça (LG 61). Devido à sua maternidade, à união de missão com Cristo e às suas singulares graças e funções, Maria está também intimamente relacionada com a Igreja (LG 63). Como Maria, a Igreja é mãe e virgem: gera novos filhos pelo Batismo, guarda a palavra dada ao Esposo, vive na fé, esperança e caridade (LG 64).

A *Lumen Gentium*, Constituição Dogmática do Vaticano II sobre a Igreja, encerra-se com uma bela imagem acerca de Maria, sinal para o Povo de Deus peregrino. Distanciando-se do discurso triunfalista dos privilégios marianos, apresenta a Mãe de Jesus como figura realizada do cristão e da Igreja:

“Maria assunta ao Céu é a imagem e o começo da Igreja como deverá ser consumada no tempo futuro. Assim também brilha aqui na terra como sinal de esperança segura e do conforto para o povo de Deus em peregrinação, até que chegue o dia do Senhor” (LG 68).

2. A contribuição do Concílio para uma visão atual sobre Maria

O capítulo 8 da *Lumen Gentium* traz importantes contribuições à vida cristã de consagrados(as) e leigos(as). Sintetizemos em breves frases:

- Apresenta a Mãe de Jesus não de maneira isolada, mas sim em interdependência com Cristo e a comunidade de seus seguidores, a Igreja.
- Traz nova luz para os dogmas marianos e o culto a Maria, a partir da História da Salvação e da teologia bíblica.
- Mostra que é possível e necessário elaborar o discurso mariano de maneira equilibrada, lúcida e contemporânea, que evite a lógica exclusiva dos “privilégios de Maria”.
- Não encerra a reflexão sobre Maria num tratado fechado, nem pretende responder a tudo. Antes, estimula os(as) teólogos(as) a continuarem seus estudos, para esclarecer e aprofundar os temas em fase de maturação (cf. LG 54). A partir do espírito do Concílio, os teólogos e teólogas não são considerados meros repetidores do magistério da Igreja. Em comunhão com a Bíblia, a Tradição, o magistério e os Sinais dos Tempos, eles(as) têm a missão de contribuir para o avanço da teologia mariana na Igreja.

- A reflexão sobre Maria articula-se principalmente com textos bíblicos e patrísticos. Não há referências explícitas aos tradicionais tratados de devoção a Maria dos últimos cinco séculos, em grande parte marcados pelo maximalismo (exagero mariano).
- Ignoram-se as mensagens de videntes e de aparições. Simplesmente não se fala delas, pois apresentam caráter devocional e não dogmático.
- Amplia as características bíblico-teológicas de Maria. Nos últimos séculos, seu perfil ficou restrito praticamente a três elementos: o sim da anunciação, a maternidade biológica, a união com o filho no momento da cruz. O Concílio descortina outras características, tais como: companheira e servidora de Jesus (LG 61), mulher que avança em peregrinação na fé, de Caná até a cruz (LG 58).
- Põe as bases teológicas necessárias para superar a ambiguidade de títulos marianos como “medianeira” e “corredentora”. Sem meias palavras, reafirma-se o dado bíblico central: “Jesus é o único mediador”. Maria e os Santos cooperam na missão salvífica de Jesus. Tal cooperação não os coloca no mesmo nível de Jesus.
- Aponta as múltiplas e complementares formas de relação de Maria com a comunidade dos seguidores de Jesus. Maria é, simultaneamente, membro, mãe e protótipo da Igreja.
- O Concílio alerta sobre os equívocos dos extremos do minimalismo (subtrair a presença de Maria do cotidiano dos católicos) e do maximalismo (devocionismo que se afasta da centralidade de Jesus). Nem toda forma de devoção mariana é saudável. São criticados o afeto estéril e transitório e a vã credulidade. Valoriza-se conhecer e inspirar-se nos traços do perfil bíblico-espiritual de Maria.

Conclusões abertas

A reflexão sobre Maria avançou muito nos últimos anos. Felizmente, o quadro é tão amplo e enriquecedor que

merece, no mínimo, outro artigo. Do ponto de vista do magistério da Igreja, destaca-se a ousada posição de Paulo VI na *Marialis Cultus*. Em nosso continente, ganham expressão as afirmações dos Documentos de Puebla e de Aparecida. Teólogos e teólogas redescobrem o rosto bíblico de Maria a partir dos Evangelhos de Lucas e de João: perfeita discípula de Jesus, peregrina na fé, sinal da opção preferencial pelos pobres, mulher, mãe da comunidade, perseverante na fé até a cruz. Na pastoral, incentiva-se a percorrer o caminho humano de Maria, em consonância com Jesus, que é o caminho. Percebe-se que a Maria glorificada é a mulher de Nazaré, caminhante da fé, conosco.

Tais descobertas, tão importantes, incitam os(as) religiosos(as), os(as) leigos(as) e os presbíteros a manterem o equilíbrio na devoção mariana e a cultivar a centralidade de Jesus na vida de fé. Tal postura exige, em muitos casos, denunciar o equívoco de devoções exageradas, que atentam até contra o bom senso. E, principalmente, propor expressões cultuais de acordo com o espírito do Concílio. Para as congregações que cultivam devoções Marianas tradicionais, é necessário discernir os elementos originais daqueles que foram expressão de uma época já passada e perderam significado. A devoção mariana é boa e saudável se considera devidamente Maria dentro do mistério de Cristo e da Igreja, como anunciou o Concílio. Que tenhamos a lucidez de realizar as mudanças necessárias e superar um devocionismo “vão e estéril”, como diz o texto conciliar.

A grande virada consiste em voltar a Maria dos Evangelhos. E, a partir daí, dosar a intensidade e reelaborar as expressões devocionais, que agora devem estar marcadas por uma espiritualidade encarnada e trinitária.

Certa vez me pediram para atualizar a Salve-Rainha, uma oração bonita, mas com elementos teológicos anacrônicos. Partilho com você, caro(a) leitor(a), esta prece transformada em canto, com a melodia do Padre Joãozinho, na esperança de estimular iniciativas similares.

Salve Rainha,
Mãe, educadora, seguidora de Jesus,
Filha querida do Deus misericórdia,
Sinal humano da Trindade:
Vida, doçura e esperança nossa, salve.
A ti clamamos,
Os filhos da Terra.
Contigo nos alegramos nas conquistas do Amor,
E suspiramos, gemendo e chorando nos momentos de dor.
Volta o teu olhar para nós, os filhos teus,
E mostra-nos Jesus,
O Filho de Deus!
Amém!¹

Para refletir

A partir da existência cristã, situada no mundo contemporâneo, se colocam várias perguntas diante da relação filial e devocional para com a mãe de Jesus: qual é o limite da devoção mariana? Como ela se associa à centralidade de Jesus? Qual é o lugar de Maria no culto cristão? Existem pontos comuns entre a visão católica de Maria e a de outras Igrejas cristãs?

1. Blog sobre Maria, onde se encontram a melodia desta Salve-Rainha e outros textos: www.maenossa.blogspot.com. E para saber mais: Afonso Murad, *Maria toda de Deus e tão humana*, op. cit.

Gestão econômica: rival ou parceira da Vida Religiosa hoje?

273

CARLOS JOSAPHAT*

Gestão econômica, visando assegurar à comunidade a prosperidade de uma empresa, é o possível caminho ou o descaminho certo para a perfeição da Caridade? A questão surge qual desafio urgente e mesmo inquietante na história e mais ainda na atualidade da vida religiosa consagrada. Esta se afirma e permanece sempre um ideal de comunhão, de parceria bem ordenada na busca da perfeição da Caridade. E terá de empenhar-se na prática de meios organizados e adaptados para que a comunidade, no seu dia a dia, mereça e realize o qualificativo de evangélica.

Mas, no mundo moderno, mais e mais estruturado e ativado pela preponderância geral, ostensiva e profunda da economia, a vida religiosa não se veria hoje na condição inexorável de se constituir e marchar no feitio de uma empresa, como qualquer outra? Não haveria de ser uma unidade econômica próspera em meio a um sistema ganancioso de concorrência, disputando a hegemonia? Se tal necessidade se impõe, o caráter empresarial assumido pela comunidade religiosa pode acarretar um ganho de eficácia apostólica ou de promoção social? Essas interrogações se agravam pelo fato de a economia moderna se globalizar sem contar com uma ética humana universal, menos ainda com uma ética de inspiração cristã.

O desafio cresce ainda mais, quando as coisas são vistas pelo negativo. A ingerência ostensiva ou dissimulada dos modelos econômicos nas comunidades não seria uma das fontes da crise para a vida religiosa contemporânea? E não

* **Frei Carlos Josaphat**, com quase 92 anos, atualmente é o Leitor (nome dentro da Ordem Dominicana). Mineiro de Abaeté, é jornalista, teólogo, professor, escritor, além de exercer outras atividades. Tem a função de Diretor Encarregado para a Vida Intelectual da Ordem no Brasil.
Endereço do autor: Convento dos Dominicanos, R. João de Santa Maria, 142, Jd. da Saúde, CEP 04158-070, São Paulo-SP – Tel.: (11) 5073-4388.

estaria apelando para uma reflexão ampla e profunda, capaz de enfrentar o problema em sua integralidade, em toda a sua delicada complexidade, mediante o esforço conjugado das comunidades e particularmente dos responsáveis em suas diferentes instâncias?

Desafio radicalizado por Vaticano II

Acolhido e lido na perspectiva da espiritualidade, que é sua inspiração profunda, o Vaticano II emerge qual rede de desafios para a vida religiosa que ele enaltece como elemento primordial da Igreja, consagrado à perfeição da caridade. Para todos os homens e mulheres, o Concílio propõe como normal a vocação à santidade, bem entendida como o dom de si ao amor humano e divino. O que significa viver o mistério do Amor divino e acolher mais e mais a força transformante da caridade. A conformidade afetiva e efetiva com o Amor infinito há de levar a vida cristã a assumir, ajustar e elevar as realidades concretas e as condições cotidianas da pessoa e da família. O que exige uma posição crítica e criativa diante dos diferentes domínios e sistemas culturais, políticos, econômicos, comunicativos, que formam o tecido e o dinamismo da sociedade tecnológica atual.

A vida religiosa surge como carisma primordial oferecido constantemente no momento oportuno, em modalidades sempre renovadas, à Igreja e à humanidade. O carisma pessoal dos fundadores e fundadoras se traduz normalmente no discernimento, na criação e organização de formas de viver, de conviver, de comunicar e de agir, que atualizem e aperfeiçoem sempre o modelo religioso de cada instituto. Assim, todo esse conjunto de práticas e exercícios de piedade e de apostolado dos religiosos só tem hoje sentido se ordenado de forma plenamente adaptada a assumir e elevar a vida tal qual ela é, dando atenção minuciosa às realidades do mundo e da Igreja no atual momento histórico. Quem tem esse mesmo discernimento vê no modelo concreto seguido e proposto pelos fundadores não um núcleo petrificado,

uma totalidade intocável de normas perfeitas. Esse precioso legado, desde o começo, já vem parasitado por elementos ocasionais, contingentes, circunstanciais, exigindo mudanças e adaptações que se realizarão, segundo as exigências dos tempos e na medida mesma da conformidade criativa ao carisma dos Fundadores.

Destaca-se assim o desafio central, colocado em plena luz pelo Concílio Vaticano II. Ele faz da vida religiosa a conjugação da busca intensa e ordenada da “perfeita caridade”, e da compreensão da realidade humana com todos os seus valores, suas capacidades e fragilidades. A comunidade religiosa é a imagem condensada e calorosa da Igreja, de quem ela é o centro e o grande dinamismo que a faz avançar na Verdade. A Verdade é o Mistério de Deus Amor e santidade, se dando e se revelando à humanidade, tornada toda ela vocação de amor e santidade. O primeiro desafio é realizar, manter e fazer avançar essa compreensão primordial da Comunhão divina trinitária, presente no “sacramento” que é a Igreja e de que a comunidade religiosa é chamada a ser a amostra, a miniatura ativa e luminosa.

Desse desafio primordial decorre uma rede de desafios. O primeiro desafio típico é o vazio de todo egocentrismo e todas as ambições em contraste com a ambição sempre crescente, com a ganância insaciável de lucro, de dominação avassaladora do mercado, a qual caracteriza a civilização moderna centrada na economia. A consideração do ideal da plena realização humana mediante a prosperidade econômica regulada pela ética: tal é o pressuposto indispensável para se compreender o projeto comunitário da busca religiosa da perfeita caridade, em meio ao mundo moderno marcado pela globalização extensiva e intensiva da economia.

Gestão empresarial, tecnológica e operacional, ponta de lança da economia moderna

A gestão se compreende como a prática e o saber qualificados para assumir e dirigir as empresas, as organizações

produtoras nas suas decisões, informações e previsões, como também nos seus planos e estratégias. Quando se observam mais de perto essas diversas operações, constata-se que elas estão todas articuladas à noção de decisão. Gerir é essencial e primordialmente bem decidir. Toda a vida da empresa moderna tem na decisão, racional, técnica e eficaz, o segredo e a fonte de sua prosperidade.

É preciso acrescentar ainda que a decisão não está ligada somente a critérios econômicos. Os fins que determinam os critérios podem também ser de natureza jurídica, técnica, social, psicológica, religiosa, ética. Nessa ponderação, os critérios éticos desempenham um papel particular. Eles são os únicos a considerar o homem na totalidade de suas dimensões. E como a gestão tem nos seres humanos seus objetivos primeiros e seus sujeitos responsáveis, a ética passa a ter um lugar à parte na rede dos múltiplos critérios a serem levados em conta em uma decisão. A ausência dos valores éticos gera um mal-estar na empresa. E carência generalizada desses valores engendram crises, que zombam dos paliativos da repressão, comprometendo profundamente o indispensável consenso livre dos cidadãos, o que constitui a fonte primeira da paz social, imprescindível para a prosperidade e a solidez da própria economia.

A conjunção da decisão empresarial e da ética, sobretudo na perfeição de sua inspiração cristã, culmina em um feixe de valores humanos, abertos aos valores evangélicos. A liberdade, a racionalidade, a consideração dos objetivos humanos da economia desabrocham numa ética e numa espiritualidade da responsabilidade, da solidariedade, da partilha, tendendo a uma convivência fraterna.

A empresa, unidade de base do sistema econômico

Sob o ângulo da gestão, a empresa pode, portanto, ser definida como uma unidade de decisão visando à produção dos bens desejados, sua distribuição articulando a oferta e a

procura. A produção é entendida nesse nível como a conveniente conjugação de meios ou fatores, em vista de criar ou ampliar utilidades (bens ou serviços). Quanto à utilidade, esta se compreende como a aptidão para satisfazer necessidades. Produção inclui aqui distribuição e o jogo conveniente de trocas e se distingue do consumo, que ela pretende servir ou dele se servir. A racionalidade normativa tanto da ética quanto da economia se opõe à manipulação artificial do consumo em vista do enriquecimento dos investidores.

A aproximação entre as noções de empresa e de responsabilidade permite desenvolver uma ética e uma espiritualidade que se desdobram precisamente qual rede de responsabilidades, de corresponsabilidades, seja no interior da empresa, seja em suas relações com seus parceiros. Ampliando as perspectivas, poder-se-ia dizer que essa ética da responsabilidade se apresenta como o espaço de encontro e mesmo de autorrealização para os homens e as mulheres, para regiões e categorias sociais, em um mundo de tensões e até de conflitos.

Gestão, fonte de prosperidade, caminho de realização humana

A gestão otimizada, em sua dimensão racional, técnica, operacional, é o caminho certo e primordial da prosperidade para o sistema econômico, para os diferentes sistemas e para o sistema social global de que a economia é hoje a base e o princípio exemplar e mesmo modelador.

Pode a gestão, assim enaltecida e performante, integrar-se na vida cristã e especialmente na vida religiosa consagrada e tornar-se um fator da realização humana para a pessoa e para a sociedade em seus diferentes modelos, desde a família, a empresa e os sistemas que formam o grande sistema que é a sociedade moderna. Simples em sua formulação, essa asserção merece uma série de análises e de reflexões. Estas vêm preparadas, mas não resolvidas de forma plenamente satisfatória nem no ensino eclesialístico nem na prática da vida religiosa consagrada.

Indicações históricas. Gestão e comunidade religiosa

A consideração das instituições e formas de vida monástica nos mostra a integração do trabalho, da estima e do cultivo da terra, o zelo pela cultura das letras, das artes, dentro de um carisma de mestres que assumem o papel de pais espirituais, edificadores de grandes lares familiares. Os mosteiros e abadias, os grandes monges carismáticos contribuíram para construir uma civilização ordenada ao serviço comum e à promoção da paz. O monaquismo enriquece mais e mais a vida consagrada com um conjunto de observâncias, de disciplinas, de práticas ascéticas, reclamando sempre de novos mestres carismáticos, verdadeiros esforços de refundação, de volta inteligente, corajosa, criativa aos valores da perfeição do Amor.

Essa história monástica encerra uma grande lição. Para ser verdadeira e efetiva, a espiritualidade, sobretudo evangélica, é e há de ser contextual, porque se adapta, respondendo aos desafios de cada momento histórico. Ela será tanto mais universal e permanente quanto mais assume todo o Evangelho, em um contexto amplo da vida da Igreja e da humanidade.

Na sucessão e diversidade das épocas e dos modelos de organização, surge problema delicado. Como assumir e discernir em sua inspiração profunda e sua fecundidade efetiva os valores evangélicos da pobreza e da obediência, de uma castidade animada pelo amor universal e a seu serviço? Mais concretamente ainda, como articular esses valores com a organização prática de uma comunidade, de modo a assegurar a busca da santidade e a promoção dos valores humanos para cada um e, sobretudo, para o conjunto de seus membros? Pois o ideal da vida religiosa é que, pela organização e suas atividades, ela seja o testemunho vivido da caridade evangélica, irradiando-se primeiro pela qualidade humana de uma convivência solidária e de sua influência harmoniosa sobre a qualidade espiritual da sociedade.

Em um primeiro momento, descortinam-se encontros parciais, mas relevantes, na primeira etapa da vida religiosa cenobita. Em seguida, verificam-se desencontros entre a organização da vida religiosa e a gestão empresarial que afirma sua predominância com o progresso da moderna economia tecnológica. Finalmente, sob o influxo de Vaticano II, se constatarem buscas e esboços de viabilidade de um reencontro da organização da vida religiosa e uma administração econômica, em afinidade com a moderna gestão das empresas financeiras atuais.

Gestão econômica em sintonia com a primitiva vitalidade da vida monástica

Partimos da espiritualidade monástica e do carisma beneditino. Grande mestre e, sobretudo, modelo eminente da vida religiosa no Ocidente, São Bento manifesta a plena consciência de que vem realizar a síntese das experiências e doutrinas monásticas anteriores e propor um caminho certo e bem realizável da perfeição cristã, bem como de serviço à Igreja e à sociedade instável de seu tempo.

Tal nos parece o sentido profundo da enumeração e da apreciação que faz dos gêneros de monges até então existentes; bem como da opção que faz pelos cenobitas, qual convergência do que há de melhor e de suscetível de ser sempre amplamente atualizado.

Poderíamos falar do projeto beneditino em termos do que hoje se destaca como refundação. Ele retoma o que há de autêntico e de promissor na tradição dos Padres do Deserto, mas estando atento às novas possibilidades e exigências do presente. São Bento é o homem do ideal e da realidade. Mais precisamente, seu gênio e seu carisma resplandecem na capacidade de criar condições de realização para o ideal da perfeição evangélica. Esta é assumida e afirmada em toda a sua identidade, mas é confrontada com o mundo em marcha, de modo que possa caminhar com a história e dentro da história.

Portanto, uma primeira atitude resume o carisma beneditino: a busca da perfeição evangélica, insistindo sobre discernimento dos valores cristãos e das condições de sua viabilização.

Bento nasceu em Núrsia (na Úmbria, Itália) em 480 e morreu no Monte Cassino em 21 de março de 547. Viveu primeiro como eremita. Reunindo monges em redor de si, estabelece-se no Monte Cassino em 529.

Essas datas podem servir de balizas para a compreensão do grande contexto histórico da vida e da obra de São Bento. É a época das invasões e, sobretudo, da fixação dos chamados povos bárbaros, que eram de fato portadores de outros tipos de civilização e de sangue novo para o decadente Império Romano. Com a sua proposta de estabilidade, de ordem e de paz, de trabalho manual, de leitura orante, de ofício divino celebrado com fervor e beleza, São Bento era a plena resposta evangélica aos desafios culturais e sociais do seu tempo. Era o modelo de uma nova espiritualidade e de novas formas de cultura e de civilização, precisamente no momento em que se desfaziam ou desmoronavam as velhas instituições.

A Regra de São Bento surge e permanece no decorrer dos séculos como a Carta Magna da espiritualidade para os monges, os institutos religiosos ulteriores.

A Regra compreende 73 capítulos, variáveis em extensão, bem como na natureza do seu conteúdo. Destacam-se as grandes orientações espirituais, as recomendações das virtudes e dos comportamentos que se hão de manter no mosteiro. E se pormenorizam as prescrições bem práticas sobre a organização da vida, da casa, do Ofício Divino e do trabalho manual e da acolhida dos hóspedes.

Junto com as indicações minuciosas sobre o Ofício Divino e de permeio com todas as orientações práticas destinadas a nortejar a vida cotidiana do monge, emerge a virtude de Religião. Ela se caracteriza pela atenção à presença divina e pelo empenho em marcar a primazia que se há de dar à

Oração litúrgica e pessoal, que se torna contínua em todos os momentos da vida do monge, e os valoriza, especialmente o seu trabalho.

Outra virtude fundamental é descrita e enaltecida em todas as diretivas e recomendações sobre a ordem do mosteiro, sobre as relações com o Abade e outras autoridades: o Discernimento ou a Prudência evangélica. Ela mostra a necessária junção da autoridade e da liberdade espiritual ou da verdadeira autonomia. A doutrina do Discernimento é exposta já no capítulo 2, pois encontra sua plenitude e sua fonte no Abade. Será lembrada em todo ofício de governar e nas circunstâncias mais difíceis da vida dos monges e do mosteiro.

Nessa espiritualidade integradora, que tudo ordena e harmoniza, o lema beneditino *ora et labora*, “orar e trabalhar”, faz a junção da vida real e de uma mística de união com Deus, o que se traduz concretamente na inserção da liturgia em todas as etapas da vida cotidiana, confirmando e consagrando a transformação do trabalho em oração. O mosteiro é uma grande família, sob a autoridade paterna do Abade. O mosteiro é também uma grande empresa agrária, em que a boa ordem e a prosperidade são orientadas para o objetivo do Reino de Deus, como sua finalidade última. A exaltação da frugalidade como ascese constante e a valorização do trabalho como caminho de santidade animavam um espírito de pobreza irmanada ao empenho de produzir, de criar recursos para manter a comunidade e ajudar os necessitados.

Em profundidade, a Regra e a prática beneditinas realizavam na espiritualidade a junção da natureza e da graça, em uma fé vivida no Deus Criador e Salvador. Daí resultava que abadias e mosteiros eram uma plena realização local da Igreja, mistério sacramental da redenção, sendo também uma unidade da sociedade civil. Afirmava-se e prosperava muitas vezes como um núcleo fadado a se tornar cidade bem organizada e produtiva.

Os beneditinos realizavam, em geral, um trabalho desinteressado e plenamente eficaz, implantando centros de

piedade e de produção dos bens necessários à vida e ao desenvolvimento cultural. Davam o testemunho da vida pessoal e comunitária, fascinando as populações pela beleza do culto litúrgico e pela irradiação da harmonia e da bondade, pelos serviços prestados e pela educação, não apenas doutrinária, mas prática, que difundiam.

Os mosteiros e os monges eram a grande força espiritual e evangelizadora da Igreja, durante toda a Idade Média, estendendo-se à Idade Moderna até a Revolução Francesa e as revoluções liberais que a seguiram.

Lição dos riscos e da decadência

No entanto, o próprio êxito tão amplo e profundo dos beneditinos colocava toda uma série de problemas e desafios. Os mais sérios e constantes desses problemas se ligavam à prosperidade e ao enriquecimento dos mosteiros e ao prestígio, à força política representada pelos cargos de abades e de administradores desses mosteiros e de suas imensas propriedades latifundiárias.

Um duplo perigo muito conexo ameaçava a qualidade de vida pessoal e comunitária dos mosteiros beneditinos, como de outras instituições religiosas, dioceses, paróquias e benefícios eclesiásticos, nesses tempos de cristandade. O primeiro risco era interno: os monges e as suas casas eram envolvidos no conforto e estavam longe de dar testemunho da pobreza evangélica.

Em oposição ou resposta a esses abusos, muitas vezes se enaltecia a volta às observâncias, a um ascetismo das disciplinas, dos cilícios, dos jejuns, o que corria o risco de distorcer o conteúdo e o sentido autêntico da espiritualidade, da mística e da santidade evangélicas, centradas e animadas pela caridade. Todo esforço de refundação de então esbarrava nesse equívoco: em vez de se buscar discernir e praticar os caminhos do amor, da comunhão e do dom de si no amor, os reformadores se esbaldavam em multiplicar práticas, cerimônias e observâncias, macerando o corpo sem

visar encontrar no coração e na dedicação a energia do Espírito de Amor.

Outro tropeço vinha mais diretamente do exterior. Os mosteiros e abadias eram objeto da cobiça dos ricos e poderosos, que tudo faziam para se colocar ou colocar os seus à frente dessas fundações em si religiosas e sempre voltadas aos objetivos da perfeição evangélica.

Assim, a história do monaquismo como, mais tarde, dos institutos religiosos será marcada por séries de reformas, de difíceis combates para preservar a pobreza e a autenticidade queridas e estabelecidas pelos fundadores.

Tal é, em substância, o sentido da preocupação atual com a necessária refundação da vida consagrada.

Como manter a simplicidade e o espírito de pobreza em abadias e mosteiros riquíssimos? O desafio surgia pedindo criatividade: como juntar a vida comum, a pobreza, a contemplação e a pregação? A esse desafio respondem São Francisco e São Domingos, com a novidade a mais evangélica, fundando Ordens mendicantes e apostólicas, que viriam se estabelecer no meio do povo.

A mendicância autêntica significava a busca de recursos junto do povo e não na subserviência que buscava conforto e amparo na sujeição aos ricos e poderosos. Essa mendicância deveria se aliar ao trabalho e ao estudo, valores característicos das novas Ordens apostólicas.

Desafio radical da gestão empresarial e do sistema econômico para a vida religiosa da atualidade

Não se pode dissimular ou atenuar a crise que o conjunto da vida religiosa consagrada tem que enfrentar hoje. Religiosos e religiosas se veem envolvidos e já grandemente parasitados pela mentalidade, pela ideologia e pela escala de critérios e valores, difundidos e inculcados pelo sistema econômico dominante e mesmo dominador.

O mundo moderno, desde sua aurora renascentista, era portador de um feixe de valores: a estima da razão, da liberdade, da estética, da emancipação de todas as formas de poder absoluto, a busca de autonomia e responsabilidade jurídica e política, pessoal e social. O caráter anticlerical dos movimentos que sustentavam esses valores, suas modalidades excessivas, mesmo agressivas, ocasionou seu repúdio pela autoridade eclesiástica e sua exclusão do conjunto da vida religiosa.

De fato, as novas formas de vida religiosa consagrada que surgiam para responder aos desafios da modernidade não tinham condições de discernir e acolher os novos valores que prenunciavam o advento da democracia, mas tomavam por vezes até os traços violentos e bárbaros do terror. O discernimento e a acolhida desses valores, bem como das aspirações positivas do mundo moderno, só foram inaugurados pelo Concílio Vaticano II.

Faltava à cristandade medieval e moderna uma ética econômica, política e social, de que só o último Concílio esboçou o paradigma teórico, mas, com razão, deixando a elaboração prática de modelos operacionais à criatividade dos cristãos, agindo em contato com as realidades e circunstâncias pós-conciliares.

Necessidade e condições de plena harmonia dos valores evangélicos e dos valores éticos na moderna gestão empresarial

Convém bem distinguir e analisar os fatores, sobretudo, os valores a harmonizar: os valores propriamente econômicos na gestão empresarial, os valores éticos, de autenticidade humana e a inspiração evangélica que os aperfeiçoa. Merece maior atenção o feixe de valores éticos e econômicos que, por sua junção, aprimoram e ativam a gestão empresarial.

A empresa assim qualificada emerge como a unidade exigida, animada e motivada pelo surgimento e crescimento da economia, a partir do momento da maturidade do mundo

moderno. Esse tipo moderno de empresa se caracteriza pelo conjunto de qualidades que garantem sua viabilidade e seu progresso em sintonia com o desenvolvimento do sistema econômico, ele mesmo em conexão com os demais sistemas sociais.

Tais qualidades em si conexas e mutuamente estimulantes vêm a ser a racionalidade, se desdobram no saber científico e técnico; a liberdade culminando na responsabilidade; a rentabilidade decorrendo da produtividade e do escoamento da produção; a responsabilidade, formando concretamente a rede de corresponsabilidades que estruturam um forte núcleo de solidariedade, constitutiva da própria empresa, e estendendo-se a toda a corrente do sistema econômico e mesmo dos demais sistemas sociais.

Esses valores econômicos são qualidades e bens humanos, em si grandemente estimáveis, suscetíveis de motivar e ativar uma ampla e constante opção pessoal e social. Esta se avoluma mais e mais, priorizando esses valores mesmo em detrimento dos demais, levando à atitude restritiva generalizada, expressa pelo termo pejorativo de economismo.

No entanto, embora suscitem dificuldades, esses valores econômicos se prestam a um encontro íntimo com os valores éticos. O que dá à empresa e mesmo a todo o sistema econômico uma dupla instância de racionalidade: a racionalidade ética e a racionalidade específica à atividade e ao campo, próprios da economia. No alto nível tecnológico que atingiu, esta não comporta improvisações, decisões movidas por inclinações, disposições ou sentimentos somente afetivos. As opções e determinações econômicas se fundam na razão que busca objetividade e segue o raciocínio mais seguro que a matéria em questão possa permitir.

Como a economia tem objetivos próprios bem determinados e suscetíveis de critérios precisos, fala-se de razão ou inteligência instrumental, pois ela se ocupa da produção ou do consumo de utilidades. E, em si, não visa à verdade teórica ou aos valores éticos universais. No entanto, pode ser integrada na inteligência compreensiva e orientadora dos

valores éticos. O que é uma verdadeira sublimação da economia, dando-lhe aquela dupla racionalidade: a propriamente econômica e a inteligência ética e espiritual.

Vida religiosa, comunidade evangélica e gestão empresarial

É essa inteligência integral que há de ser hoje a prerrogativa da vida religiosa consagrada. Ela estará na base do caráter comunitário e empresarial na vida religiosa atual, a qual não comporta nem uma dissociação nem uma confusão, mas um entrosamento consciente das diferenças e das afinidades que constituem a dupla racionalidade econômica e ética.

É a totalidade harmoniosa e ativa de uma inteligência contemplativa, afetiva, ética e produtiva que caracteriza a consagração pelos votos de pobreza, castidade e obediência. Esse dom pleno, inteiro e constante não se há de compreender de forma parcial, menos ainda como visando a domínios dissociados da entrega pessoal e comunitária ao Reino de Deus. Com seus dotes e qualidades de amar, de agir, de comunicar, é a pessoa em seu ser profundo que emerge como o sujeito responsável e criativo da constituição e da gestão da comunidade que integra em si o caráter e a eficiência de uma empresa.

A comunidade, em sua dimensão e sua boa orientação empresarial, passa a produzir, distribuir e partilhar os bens úteis e necessários. Como os veneráveis mosteiros da cristandade medieval, as modernas comunidades religiosas têm tudo para se tornar qualitativas e fortemente competitivas por suas atividades e instituições nos domínios da educação, da saúde, da comunicação e da informática. Pois a “perfeita caridade” que inspira gestos e laços de fraternidade suscita e anima a criatividade operacional, econômica, pedagógica e estética.

Há sem dúvida um aspecto negativo como dado relevante da consagração religiosa: não se casar, não constituir família, desapegar-se de posses e negócios. Mas, para além da

negatividade e da renúncia a coisas e bens limitados, afirma-se o dom pessoal assumindo as capacidades, as qualidades, as aspirações e interesses primordiais que constituem o sentido e a orientação de toda vida humana. As renúncias implicadas na castidade consagrada só têm sentido culminando no Amor mais alto, no amor mais amplo e mesmo Universal a Deus, ao seu Reino, ao serviço da difusão do amor no dia a dia. A estrutura e o dinamismo da vida religiosa visam criar espaços propícios ao desabrochar do Amor divino em suas amplas dimensões de amizade humana, bem e profundamente fraterna.

Em sintonia com essa constante articulação do divino e do humano no amor, é que se compreende como a comunhão da vida consagrada pela pobreza e pela obediência pode e deve assumir o caráter de uma empresa, de uma gestão econômica apropriada para servir e testemunhar o Evangelho. A gestão empresarial assegurará então as condições favoráveis para uma boa convivência e um serviço eficaz à Igreja e à sociedade.

Ficou acima ilustrado como a vida monástica realizou esse ideal nos primeiros tempos de uma economia agrária e bem delimitada em seu dinamismo. Tomás de Aquino elabora uma doutrina da decisão ética, em seu tratado sobre a virtude de Prudência na *Suma teológica* (II-II, q. 47-56). Essa virtude da boa decisão, lúcida e eficaz, assume o caráter ético e a inspiração evangélica, abrangendo os domínios da vida individual, familiar, política e econômica. A decisão virtuosa, a prática desinteressada e generosa da gestão empresarial, se desdobra na espiritualidade como a realização dos valores evangélicos, suscetível de se tornar viável em uma cultura marcada pela preponderância da economia. Ela pode assumir e guiar a decisão empresarial razoável, técnica, operacional que se fez e faz onipresente na civilização pós-moderna.

Em síntese

Hoje, especialmente pelo Concílio Vaticano II, a vida religiosa é convidada – diríamos, se vê intimada – a desabrochar

e estar a serviço de um mundo da tecnologia e da economia globalizada. Essa penetra e influencia, e mesmo modela, grandemente a civilização moderna e pós-moderna.

A vida religiosa não se pode realizar nos moldes do velho sistema agrário ou da veneranda família patriarcal. É imprescindível que todas as formas e tipos de vida religiosa tenham criatividade para se “renovar e adaptar”, otimizando ao mesmo tempo suas instituições comunitárias, reconhecendo-as inseparáveis de seus quadros de uma empresa de consumo, de produção e distribuição de bens e de serviços.

De maneira generosa e criativa, ela há de achar os meios e modelos de uma gestão economicamente ajustada, eticamente justa e evangelicamente consagrada à busca e à difusão da santidade.

Indicações bibliográficas

Dois livros de Carlos Josaphat, sobre ética e economia na empresa, abordam de maneira ampla e documentada este tema:

- Em parceria com o economista Jacques-Pasquier: DORTHE. *Réussir les affaires et accomplir l'homme*. Friburgo, Suíça: Edições Universitárias, 1997. (Tradução portuguesa de Márcio Anatole de Sousa Romeiro. *Sucesso nos negócios e realização humana*. São Paulo: Globus Editora, 2012.)
- *Vaticano II: a Igreja aposta no Amor Universal*. São Paulo: Paulinas, 2013.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Quais são as relações da sua comunidade local ou provincial com o sistema econômico dominante? São harmoniosas? Por que e como?
2. Sua comunidade é uma empresa? É mantenedora de uma empresa (colégio, hospital, creche). Há problemas? São enfrentados por toda a comunidade?
3. Em sua comunidade, os valores evangélicos, os votos religiosos inspiram e influenciam positivamente a dimensão econômica da vida pessoal e comunitária? Em que pontos?

PAULO SÉRGIO CARRARA, CSSR*

O sofrimento psíquico acompanha o ser humano desde o seu surgimento na história do universo. Por outro lado, suas causas foram exploradas recentemente pela psicologia profunda. Hoje, várias correntes da psicologia e da psiquiatria se debruçam sobre o psiquismo humano para explicar a origem de suas patologias e propor tratamentos para as dores da alma.

Na vida religiosa, os sofrimentos psíquicos eram tratados no âmbito da direção espiritual. A primeira manifestação da presença de uma escuta qualificada surgiu entre os eremitas do deserto, no Oriente. Os mais novos procuravam os mais velhos em busca de iluminação. Embora a motivação fosse basicamente espiritual, o discípulo abria o coração ao mestre e lhe revelava a sua intimidade. Como a experiência espiritual se realiza na estrutura psíquica do sujeito, os problemas especificamente psicológicos não ficavam de fora do aconselhamento espiritual. A vida monástica floresceu no Ocidente, a partir do século IV, e trouxe a tradição oriental da escuta qualificada na direção espiritual.

Santa Teresa de Ávila, por exemplo, no século XVI, encontrou respostas para seus questionamentos interiores na direção espiritual. Sua experiência mística da graça, com profundas repercussões psíquicas, trouxe-lhe não poucos dissabores. Ela afirma ter sofrido muito em consequência da orientação duvidosa de diretores inseguros.¹ Por isso buscou os melhores teólogos de sua época. “Dos homens doutos

* **Paulo Sérgio Carrara** é missionário redentorista, doutor em teologia pela FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte) e professor nesta mesma Faculdade e no ISTA (Instituto Santo Tomás de Aquino). **Endereço do autor:** Rua Tupis, 164, Centro, CEP 30190-060, Belo Horizonte-MG. **E-mail:** pecarrara@terra.com.br.

1. Cf. SANTA TERESA. *Castelo interior ou moradas*. São Paulo: Paulus, 1981. p. 137.

nos há de vir a luz. Ou talvez de uma pessoa muito espiritual, se a encontrardes. Se a espiritualidade deste não for grande, dai preferência ao bom teólogo.”² No tempo de Teresa, o termo melancolia designava todo tipo de problema psicológico ou psiquiátrico.³ Ela se defrontou com muito sofrimento psicológico na vida religiosa. “Também pode haver algumas tão fracas de cabeça e de imaginação – como tenho conhecido – que lhes parece ver tudo quanto imaginam”.⁴ A santa se refere, hoje sabemos, a graves distúrbios psíquicos de religiosas com quem convivia.

Santo Afonso, no século XVIII, além de fundador dos redentoristas e grande teólogo, ficou conhecido como eminente diretor espiritual e se tornou especialista no atendimento de pessoas escrupulosas, um problema psíquico-espiritual. Ainda não havia psicologia do profundo, nem psicólogos ou psiquiatras, mas Afonso conseguiu ajudar religiosas, religiosos e leigos atormentados por graves aflições psíquicas, mormente o escrúpulo. Uma sua irmã freira sofreu sérios distúrbios psicológicos, mas ele não conseguiu ajudá-la. Parece que terminou louca. Ele chegou a escrever um pequeno opúsculo para ajudar os escrupulosos.⁵ Sua proposta foi elogiada em um congresso de psiquiatria, na Suíça, em 1900.⁶

Tomamos dois exemplos na longa história da vida religiosa, apenas para mostrar que, durante séculos, a direção espiritual foi, para os religiosos, o único âmbito de abordagem do sofrimento psicológico. Suas causas profundas eram, ainda, pouco conhecidas. O inconsciente não havia sido descoberto por Freud. Mas a sabedoria humana e espiritual permitiu a muitos homens e mulheres propor ajuda eficaz no manejo de graves distúrbios psicoespirituais.

Vida religiosa antes do Concílio Vaticano II

O impacto da pós-modernidade sobre a vida religiosa tem sido estudado por muitos. Desde o Vaticano II, a vida

2. Ibid., p. 200.

3. Cf. *ibid.*, p. 138.

4. Ibid., p. 95.

5. SANTO AFONSO. *Per essere liberi. Consigli agli scrupolosi*. Verona: Editrice Bettinelli, 1995.

6. Cf. *ibid.*, p. 6. Vincenzo Ricci, que faz apresentação recente deste livro, fornece este dado.

religiosa busca redescobrir sua identidade. Não que a tenha perdido. Mas a tempestade de mudanças deixou em muitos a sensação de navegar à deriva. Não queremos aqui definir tudo o que representou a vida religiosa antes do Vaticano II. Buscamos apenas apresentar, a modo de síntese, alguns traços da VR antes da irrupção da pós-modernidade. Adotamos o contraste como uma forma de evidenciar as profundas transformações por que passou a VR.

Na cristandade, a Igreja fornecia o sentido último da realidade ao qual as pessoas se submetiam. A explicação última dos fatos e da vida repousava em Deus. O homem conservava uma visão teocêntrica do mundo. A modernidade, por sua vez, pôs a razão no lugar de Deus e a considerou a norma única e suprema da verdade. O ser humano se tornou o centro de sua história e assumiu projetos mais imanentes. O progresso, a construção e a mudança alavancaram os seus sonhos de um desenvolvimento ilimitado. O indivíduo se comprometia com projetos coletivos capazes de mudar a realidade em seus aspectos sociais e políticos. A cristandade saiu machucada desse processo de emancipação do ser humano, mas muitos redescobriram a força transformadora do Evangelho. Surgiram, nessa época, congregações mais apostólicas dedicadas a desafios específicos. Pensadores cristãos buscaram, com sucesso, uma parceria com a modernidade.

A mudança da cristandade para a modernidade trouxe novos impasses que a Igreja conseguiu contornar com certa habilidade. O ser humano havia mudado muito, mas ainda se concebia como parceiro institucional. O projeto coletivo se impunha sobre a subjetividade. Aquele que antes se definia pela referência ao sagrado, agora se viu engajado em novos projetos coletivos mais emancipatórios e libertadores. Permanece na modernidade forte sentimento de pertença. O indivíduo “estava inserido numa rede de significações que confere um sentido às existências individuais, garante a

pertença ao grupo, constituiu uma memória social e geral de solidariedades muito fortes”.⁷ Dentro do grupo há funções definidas. “A sociedade se impõe aos indivíduos que a compõem e o indivíduo tira sua identidade de sua pertença ao todo. Cada um sabe o que ele é em função de seu lugar na sociedade e na instituição.”⁸

Na vida religiosa não foi diferente. Pertencer a uma congregação significava se tornar parceiro na realização de projetos determinados. A VR se estruturava pelas *antigas regras* que chegavam aos detalhes da vida cotidiana. Prevalencia o valor do coletivo. Nesse caso, o grupo se mostra bem hierarquizado e cada um conhece o seu papel. Sobressaem a tradição, os projetos duradouros, a ordem, a disciplina, a obediência. A vida pessoal dos(as) religiosos(as) se ritmava pela espiritualidade da ascese e da *fuga mundi*. Abnegação e renúncia despontavam como os pilares do caminho espiritual, fortemente influenciado pela imitação de Cristo. A busca da vontade de Deus reluzia como o grande ideal. A obediência impunha submissão da vontade ao legítimo superior, que fazia as vezes de Deus. A busca da vontade de Deus supunha a negação da vontade própria, combatida com severos métodos de ascese: penitência, cilício, disciplina (pequeno chicote utilizado para a autoflagelação). *Mortificação* era a palavra de ordem: matar os desejos, os impulsos, as pulsões – sobretudo sexuais, as tendências egoístas.

Com isso, não estamos afirmando que só havia coisas negativas na vida religiosa. Ao contrário, a estrutura garantia o essencial. Respirava-se um clima talvez mais espiritual. Pobreza, castidade e obediência ganhavam contornos mais precisos. A estrutura protegia dos perigos do mundo e dos possíveis excessos, mantendo a vida religiosa num oásis de seguranças e certezas perenes. A busca da santidade, descrita com eloquência nos clássicos manuais de espiritualidade, fazia despontar um ideal inequívoco para a vida espiritual.

7. D. VILLEPELET. *Les défis de la transmission dans un monde complexe*. Paris: Desclée, 2009. p. 327.

8. *Ibid.*, p. 330.

O ambiente da VR exalava austeridade, severidade, disciplina, renúncia e, por que não, também santidade. O chão da VR se manteve, durante séculos, firme e seguro.

Os sofrimentos psíquicos existiam. O excesso de concentração do poder levava ao autoritarismo e unilateralidade nas decisões. A ausência de democracia suscitava relações injustas e isolamento de grupos dentro da VR: professores, missionários, reitores, ecônomos, pregadores. Na vida religiosa feminina, havia as responsáveis pela educação e aquelas que cuidavam dos serviços gerais. Superiores e superioresas menos equilibrados usavam e abusavam de seu poder. Como o grupo padronizava o comportamento, os mais originais eram vistos como “heréticos ou desviantes”. A negação da própria subjetividade e dos próprios desejos gerava graves distúrbios psíquicos. O que permanece recalcado – nos ensina a psicologia profunda – emerge em várias formas de patologia. O recalque da sexualidade e da afetividade causa sérios prejuízos à vida psíquica. A direção espiritual permanecia o lugar mais apto para a abordagem dos conflitos internos, com raríssimas exceções, porque a psicologia já tinha feito longo caminho que, pouco a pouco, conquistou credibilidade na VR.

Pós-modernidade e sofrimento psíquico

A vida religiosa, depois do Vaticano II, defrontou-se com a pós-modernidade, da qual o próprio Concílio Vaticano II é fruto. Ela deixa sua terra firme e cai em terra desconhecida, chamada pós-modernidade. A emergência da subjetividade marca os novos tempos. Cai o mito da razão absoluta. O progresso ilimitado abandona o horizonte da humanidade. Ideologias de progresso e mudança perdem seu sentido. Os acontecimentos dos anos 1960 e 1970 aceleram esse processo: revolução sexual, movimento estudantil, emancipação da mulher. Movimentos que valorizam o instituinte

em detrimento do institucional. As grandes utopias da modernidade dão lugar a projetos mais provisórios, subjetivos e menos absolutos. Os acontecimentos perdem antigos horizontes utópicos e se organizam sem um significado que lhes deem unidade. O Ocidente passou a viver uma pluralização que parece incontrolável, tornando impossível a visão unitária de história pretendida pela modernidade.⁹

A complexa pós-modernidade apresenta três características fundamentais: niilista, estética e plural. O niilismo espalhou-se como uma nova tendência filosófica, sustentado pelas filosofias de Nietzsche e Heidegger. Se Deus está morto e não há mais nenhum fundamento objetivo e normativo para o mundo, instala-se a precariedade e o caos. Não há mais verdades absolutas, tudo se resume a pontos de vista.¹⁰ O vértice do niilismo se refere ao conceito de verdade, não mais concebido como a conformidade do pensamento às coisas. Não há essência reguladora do pensamento. Entre o pensamento e o ser se impõe abismo intransponível.¹¹ São claras as consequências do niilismo: pluralismo epistemológico, relativismo ético e moral, desconfiança dos ideais coletivos, perda de credibilidade da instituição. O sujeito deixa de ser parceiro para afirmar sua própria subjetividade.

A estética emerge como lugar da experiência da beleza, do encantamento, do fascínio, do simbólico. Eclode um novo saber centrado na intensidade das emoções, da admiração, da contemplação dos fenômenos humanos e naturais. O pós-moderno se afirma pelos sentimentos. *Sozinha, a razão científica não gera vida feliz. Há também uma razão afetiva e emocional, que irrompe em acontecimentos ocasionais, reações instintivas e pequenas decisões, dando acesso à verdade.*

Tudo depende do sujeito que experimenta. Entra em cena um excesso de subjetivismo com conseqüente afrouxamento dos laços sociais de pertença. A hipervalorização da subjetividade termina no pluralismo. Não se pode impor uma

9. Cf. G. VAT-TIMO. *La società trasparente*. Roma: Granzanti, 2000. p. 12.

10. Cf. I. SANNA. *Antropologia Cristiana tra modernità e postmodernità*. Brescia: Queriniana, 2001. p. 235-236.

11. Cf. V. POSSENTI. *Terza navigazione. Nichilismo e metafisica*. Roma: Armando, 1998. p. 28.

verdade eterna e imutável. A verdade se tornou plural. Surge o tempo da hermenêutica. A realidade se situa diante de várias subjetividades e admite uma série infinita de interpretações. O mundo é devir, constante criação. Dentro dele nada há de perene, nada que possa ser considerado verdade definitiva. Não existe o imutável.¹² O conceito de verdade fica entregue à subjetividade. O sujeito se afirma vasto, vários e poliforme. Deve ser respeitado em suas escolhas afetivas, sociais, religiosas.

Com a irrupção da pós-modernidade, o ser humano deixa de se compreender como parceiro institucional, como na cristandade e na modernidade, quando ele se identificava com o grupo e trabalhava para sustentá-lo. A VR, por exemplo, determinava até seu modo de vestir – os hábitos, que evidenciavam a pertença. O coletivo açambarcava a subjetividade, que se via obrigada a se adaptar às exigências da instituição. A emergência da subjetividade caracteriza a pós-modernidade. O homem pós-moderno carrega sozinho a pesada cruz da difícil construção de sua subjetividade. Impõe-se como instituinte e desconfia da instituição. Sua adesão ao grupo se deve a uma busca de parceria. Inverteu-se a demanda: agora, a instituição interessa-lhe enquanto parceira de sua subjetividade.

O niilismo pós-moderno apresenta inegável potencial patologizante. Com a pós-modernidade se instala a multireferencialidade. Significações passam de um horizonte a outro relativizando as delimitações e as escolhas pessoais. Segundo Frankl, o niilismo provoca a sensação de vazio existencial, em crescente difusão entre os que procuram ajuda psicológica. A frustração se manifesta como falta de conteúdo para a existência.¹³ A toxicod dependência e o alcoolismo estão, ao menos em parte, ligados ao vazio existencial. Estudos realizados chegaram a esta conclusão, mostrando que a apatia com relação à vida oferece a base para

12. Cf. I. SANNA. *Antropologia Cristiana*, cit., p. 197.

13. Cf. V. FRANKL. *Senso e valori per l'esistenza. La risposta della Logoterapia*. Roma: Città Nuova, 1998. p. 95.

a instalação da dependência. Claro que fatores intrapsíquicos estão também na origem destes problemas, mas mesmo nesses casos se verifica certo vazio existencial causado pelo contexto niilista.¹⁴

A depressão se difunde vertiginosamente, a ponto de alguns a definirem como “a doença do século”. De fato, não se explica o aumento dessa doença só nos termos da psicopatologia tradicional. Nem sempre surge por causa de conflitos internos. O contexto pós-moderno ajuda a explicitar a gênese do problema. O aumento da depressão expressa profunda frustração existencial.¹⁵ A relação entre certos problemas psicológicos e o vazio de sentido já está, inclusive, amplamente documentada.¹⁶ A pós-modernidade, embora contenha aspectos positivos, que não interessam ao escopo do artigo, produziu um clima favorável ao surgimento de várias patologias psíquicas, mormente a depressão, sobretudo pela falta de referência. O sujeito se encontra no meio de um vendaval de possibilidades infinitas e contrastantes. Sente-se sem bússola no mar agitado pelas ondas das incertezas.

Sofrimento psíquico e Vida Religiosa

Enquanto imersas no contexto da pós-modernidade, as novas gerações da VR trazem sua marca – indelével. Usufruem de suas benesses e pagam o preço do sofrimento psíquico que acarreta. William Cesar Castilho, no seu novo livro, *O sofrimento psíquico do presbítero. Dor institucional*,¹⁷ que já é um sucesso editorial, propõe uma análise profunda sobre o sofrimento psíquico na vida presbiteral. Embora seu estudo centre-se mais nos presbíteros diocesanos, suas conclusões são válidas para os presbíteros religiosos e poderia se estender também às religiosas. Seu referencial teórico para o estudo sobre a “dor institucional” se chama “*Síndrome de*

14. Cf. G. FROGGIO. Devianza, disagi sociali e logoterapia. In: E. FIZZOTTI; R. CARELLI (Org.). *Logoterapia applicata. Da una vita senza senso a un senso nella vita*. Roma: Città Nuova, 1990. p. 80-81.

15. Cf. *ibid.*, p. 89.

16. Cf. E. FIZZOTTI. *Logoterapia per tutti. Guida teorico per chi cerca il senso della vita*. Catanzaro: Rubbentino, 2002. p. 117-141.

17. Cf. W. C. C. PEREIRA. *Sofrimento psíquico dos presbíteros; dor institucional*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Burnout". O termo designa, em inglês, uma chama que se extingue por completo. Um distúrbio psíquico ligado ao exercício da profissão que extrai as forças, o envolvimento pessoal e a satisfação, gerando intenso esgotamento físico e mental. São numerosos os sintomas da *Síndrome de Burnout*: tristeza, vazio interior, despersonalização, alterações de comportamento, depressão, esgotamento, estresse, insatisfação, recalque de conflitos internos etc.

Há duas maneiras de abordar a síndrome. A primeira se define como *clínica disciplinar individual*. Nesse caso, dá-se atenção aos sintomas e se ignora os fatores desencadeantes da síndrome. Ela se torna um problema do sujeito, a ser tratado com medicamentos, sobretudo antidepressivos e ansiolíticos que aliviam a sensação de esgotamento físico e mental. Associa-se ao tratamento medicamentoso a terapia individual, visando à elaboração pessoal dos conflitos e sintomas. A segunda proposta de tratamento se define como *clínica psicossocial institucionalizada*, cuja abordagem da síndrome emerge de uma epistemologia interdisciplinar. Parte do pressuposto de que os aspectos da existência humana são diversificados. O homem se constitui como ser psíquico, biológico, social. Seus problemas se compreendem à luz de sua inserção numa realidade concreta que envolve suas relações. Portanto, a clínica psicossocial institucionalizada, sem negar a necessidade de tratamento medicamentoso e psicoterápico para a *síndrome de burnout*, inclui na sua abordagem a análise dos contextos, das organizações e instituições, em vista de chegar à causa do problema, que nunca se encontra somente no indivíduo, mas na teia de relações estabelecidas dentro da instituição. A intervenção para solucionar a crise chega, pois, à instituição. Se também essa não for devidamente tratada, o profissional não supera satisfatoriamente a *síndrome*. Aqui o trabalho se torna mais exigente, porque envolve todos os membros da instituição.¹⁸

18. Cf. *ibid.*, p. 49-58.

De fato, os mesmos sintomas da síndrome descritos por profissionais de outras áreas se encontram entre os presbíteros e os(as) religiosos(as): cansaço, tristeza, desilusão, esgotamento, perda de motivação para o trabalho, despersonalização, mudanças de humor e comportamento, depressão, vazio existencial etc. Muitos não conseguem esconder o seu desencanto com a escolha da vocação religiosa. Outros deixam a impressão de esgotamento total: fizeram o que foi possível e estão sem forças para a missão. As demandas pós-modernas fascinam os mais jovens que abandonam o projeto original em busca de uma realização pessoal. Permanece também entre os(as) religiosos(as), como entre os presbíteros, uma desconfiança da instituição. Por outro lado, a multirreferencialidade provoca um questionamento sobre a identidade religiosa, marcada por perda de *status* e privilégios numa sociedade mais secularizada e socialmente menos cristã. Surge, assim, um enfraquecimento do sentimento de pertença ao grupo.

Muitos enfrentam sérias dificuldades para suportar a solidão, à qual se acrescentam os problemas de ordem afetivo-sexual, de manejo nem sempre fácil do ponto de vista psicoespiritual. O certo é que as novas gerações da vida religiosa pagam o preço do excesso de subjetividade. Não mais se consideram parceiros institucionais. O carisma, antes garantido pela estrutura, cede lugar aos interesses e carismas particulares. No caso da vida religiosa feminina, o problema se agrava. Durante séculos, a VR foi lugar de emancipação da mulher. Aliás, duas eram suas opções: casamento ou convento. Atualmente, a mulher se emancipou e tem diferentes opções fora da VR e do matrimônio. Algumas congregações femininas sofrem mais que as masculinas a falta de novas vocações. As novas comunidades, chamadas de vida e aliança, atraem mais, são mais flexíveis ao darem liberdade de escolha: a pertença acontece tanto no matrimônio quanto no celibato. Não obstante suas ambiguidades, oferecem à Igreja florida primavera de vocações.

O sofrimento psíquico encontrado entre os presbíteros na VR e, por que não, entre as religiosas, segundo William, despontam como consequências das mudanças socioculturais e históricas na vida da Igreja e na sua organização hierárquica. De fato, a Igreja ressenete ainda hoje a mudança de paradigma de uma sociedade pré-moderna (cristandade) para uma sociedade moderna e pós-moderna (secularização). A passagem da unidade forte, centralizadora, coletiva, hierarquizada e rígida para a fragmentação frágil, o diálogo e a democracia fez emergir desafios de difícil solução. Verdadeiros impasses. Na opinião do pesquisador, do ponto de vista histórico, a *Síndrome de Burnout* depende de profundas mudanças de paradigma na filosofia, nas ciências humanas e na cultura, com as quais a instituição não sabe lidar de modo satisfatório. No fundo, nosso pesquisador está afirmando que a VR, como a presbiteral, se viu abalada pelo *tsunami* das transformações socioculturais e ressenete a perda da estabilidade que a sustentou séculos afora.¹⁹ Ela migrou do chão firme para a areia movediça, da afirmação da vontade de Deus para a afirmação da vontade própria, da coletividade para a subjetividade, da parceria institucional para as demandas pessoais, do autoritarismo para a democracia, da ascese para a busca da satisfação pessoal, da renúncia para autoafirmação, da uniformidade para a pluralidade. No fundo, o desafio institucional da vida religiosa se resume numa pergunta: como lidar com os sujeitos pós-modernos que buscam hoje a vida religiosa e nela fazem sua consagração?

No que diz respeito às motivações vocacionais, o pesquisador analisa o imaginário vocacional dos jovens e das jovens, marcado por idealizações e fantasias que se chocam com uma realidade institucional complexa. Normalmente, as vocações nascem nas famílias rurais, ainda bastante tradicionais, que apoiam a vocação do filho ou da filha. Outros se descobrem vocacionados através da pastoral de juventude paroquial. Uma vez na casa de formação, tendem a uma

19. Cf. *ibid.*, p. 67-137.

relação de submissão à autoridade, em vista da conquista do objetivo. No discernimento vocacional, há sempre o latente e o manifesto, como esclarece o psicanalista. O latente costuma emergir depois dos votos perpétuos e da ordenação, a não ser que a formação esteja aberta para acolher a verdade conflitiva dos(as) vocacionados(as) e para ajudá-los(as) a fazer um caminho de crescimento psicoespiritual. A afetividade e a sexualidade se revestem de dúvidas espinhosas e geradoras de muito sofrimento.²⁰ A própria questão da identidade sexual ainda conserva uma áurea de mistério na VR. Ela permanece no âmbito do latente e a pressão institucional exerce controle dessa dimensão dos(as) religiosos(as). A sexualidade cria um dos maiores desafios para as novas gerações de religiosos(as). Afinal, eles vêm de um mundo que apresenta o prazer – especialmente o sexual – como um dos últimos refúgios do absoluto. Numa sociedade assim hedonista, como repropor a castidade? Como apresentá-la de modo atraente?

Dispositivos de formação permanente

William propõe aos presbíteros caminhos para tratar a *Síndrome de Burnout*.²¹ Esses ajudariam muito também os(as) religiosos(as). Seu enfoque se apoia nos dispositivos da clínica psicossocial e envolve a instituição e os seus membros. Ele sugere a criação de grupos terapêuticos em que os problemas sejam tratados de forma transparente e respeitosa. A clínica psicossocial, nesse caso, não se define como lugar de pessoas doentes, mas lugar de cuidado com a saúde, em todos os seus níveis. Seu ambiente se revela agradável e democrático. Como psicanalista, o pesquisador propõe a “fala” como excelente método de cura das questões pessoais, pastorais, relacionais e institucionais. O que não pode ser falado, também não pode ser curado. A vida religiosa pode lançar mão da análise institucional para identificar focos de conflitos, dando-lhes tratamento adequado.

20. Cf. *ibid.*, p. 175-330.

21. Cf. *ibid.*, p. 457-513.

A formação de grupos etários para um trabalho de aprofundamento também se revela um bom dispositivo: jovens, maduros, idosos. Se esses grupos se organizam para tratar dos questionamentos que lhes são próprios, de maneira aberta e fraterna, os problemas, se não se resolvem, ao menos se atenuam. Essa divisão não significa abandono do grande grupo, que também se debruça de maneira franca sobre conflitos e desafios atuais. O certo é que a instituição, no caso a vida religiosa, deve estar atenta à *Síndrome de Burnout* entre os seus membros, cujos sintomas são facilmente evidenciáveis. O tratamento, além da psicoterapia para casos especiais, supõe a criação de estruturas de diálogo aberto e análise acurada dos problemas. A proposta não funciona como uma panaceia, mas traz novas luzes que iluminam a escuridão do caminho. O mais importante é que a instituição se debruce sobre as demandas das novas gerações e as angústias das mais antigas, para compreendê-las num nível mais profundo e encontrar saídas possíveis.

Conclusão

A VR consiste num dom do Senhor à sua Igreja e ela o conservará para sempre (CIC 575). Torna presente na Igreja o modo de vida de Cristo, pobre, casto e obediente, no seguimento radical, eis a especificidade do seu carisma. Enquanto carisma, ela pertence à essência da Igreja, mas sobreviverá do ponto de vista institucional? Cabe a Deus, através de seu Espírito, conceder o carisma, mas cabe aos(as) religiosos(as) cuidar da instituição para amparar o carisma. A instituição sustenta o carisma, mas corre o risco, com o tempo, de engessá-lo, desfigurando-o consideravelmente. Muitas vezes as congregações se centram nas questões burocráticas e administrativas, quando o verdadeiro problema tem a ver com a espiritualidade.

A análise do Dr. William se mostra pertinente porque questiona o papel da instituição no adoecimento do indivíduo, já fragilizado pelo contexto pós-moderno no qual vivemos. A *Síndrome de Burnout* surge não somente dos problemas intrapsíquicos, a ser tratados na psicoterapia ou análise. A instituição tem sua parte no surgimento da síndrome. A proposta do Dr. William de uma *clínica psicossocial institucionalizada* responsabiliza não somente o presbítero, o religioso e a religiosa por seus conflitos intrapsíquicos, mas questiona o lugar da instituição no processo de adoecimento dos seus membros. Tristeza, vazio interior, despersonalização, alterações de comportamento, depressão, esgotamento, estresse, insatisfação, recalque de conflitos internos não são só problemas individuais. Aqui se encontra a intuição fundamental do trabalho do professor William.

Para que seu futuro seja plausível, as congregações precisam fazer um caminho contrário, em certo sentido, ao que foi percorrido no passado. Não deveriam mais almejar somente novos(as) religiosos(as) parceiros(as) institucionais, que assumam de modo obediente e submisso os seus projetos e decisões. As congregações precisam também se tornar parceiras dos sujeitos pós-modernos que hoje estão na VR em busca da construção da sua subjetividade. Aqui se encontra um de seus maiores impasses: conjugar o projeto comum institucional com as demandas subjetivas dos(as) novos(as) religiosos(as). A *clínica psicossocial institucionalizada* evidencia que os caminhos possíveis exigem que todos se responsabilizem pelos desafios atuais da VR. Instituição e instituinte assumem sua parte no encaminhamento dos conflitos. Um processo a ser feito na humildade, na transparência e com ajuda especializada, se for o caso.

A intervenção para solucionar a crise chega, pois, à instituição. Se também essa não for devidamente tratada, o profissional não supera satisfatoriamente a *síndrome*. Aqui o

trabalho se torna mais exigente, porque envolve todos os membros da instituição.²²

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Que sinais de criatividade percebo em mim e na minha província a partir da abertura que os textos conciliares apontam para a Vida Consagrada?
2. O Concílio Vaticano II estimula a participação dos leigos no carisma do Instituto. Como a sua comunidade, a sua província e o seu Instituto acolhem a participação do leigo na partilha do carisma?
3. A opção preferencial pelos pobres é um projeto superficial, “de faz de conta”, para atender aos apelos do Concílio, ou é um projeto profundo para atender ao sonho de Jesus Cristo?

22. Cf. *ibid.*, p. 49-58.